

CULTIVANDO VIOLÊNCIA

Como a demanda global por carne e laticínios é alimentada pela violência contra comunidades no Brasil

GREENPEACE

A dark, smoky forest at night. In the background, a fire is burning, illuminating the scene with a warm, orange glow. The trees are silhouetted against the dark sky and the fire. The overall atmosphere is somber and urgent.

CULTIVANDO VIOLÊNCIA

24 de agosto de 2019, Rondônia. Fogo toma conta da floresta, em
Candeias do Jamari. ©Moriyama/Greenpeace

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	05
O CERRADO: PESSOAS E NATUREZA NA LINHA DE FOGO	07
COMO O COMÉRCIO DE <i>COMMODITIES</i> ALIMENTA O CONFLITO NO CERRADO	10
EFEITOS COLATERAIS: COMUNIDADES NA MIRA DA INDÚSTRIA DA SOJA	12
FAZENDA ESTRONDO: UM CICLO DE VIOLÊNCIA E CONFLITO	14
DESMATAMENTO ILEGAL, LICENÇAS IRREGULARES E AMEAÇA DE MAIS DESTRUIÇÃO	17
GUERRA PELO TERRITÓRIO: A VIDA RESISTE CONTRA A EXPANSÃO DA SOJA	20
A GUERRA DE BOLSONARO CONTRA A AMAZÔNIA E O MEIO AMBIENTE	24
RICARDO SALLES É O BRAÇO DIREITO DE BOLSONARO	26
DIANTE DA DESTRUIÇÃO, BRASIL QUEIMA SEU FILME NA COMUNIDADE INTERNACIONAL	27
O CONSUMO EXCESSIVO DE CARNE E LATICÍNIOS NA UE	28
COMÉRCIO MORTAL: COMO A SOJA DA ESTRONDO CHEGA AOS MERCADOS GLOBAIS	30
O LEGADO DE DESTRUIÇÃO DO COMÉRCIO DE <i>COMMODITIES</i>	32
HORA DE AGIR	34
ANEXO 1: CONHEÇA OS MEGA COMERCIALIZADORES DE <i>COMMODITIES</i>	36
REFERÊNCIAS	38



Globalmente, não fizemos progresso no sentido de acabar com a perda de florestas naturais.

A taxa crescente de perda de florestas primárias insubstituíveis é bastante preocupante.

...

Desde que a *[Declaração de Nova York sobre Florestas, DNYF]* foi aprovada, *[em setembro de 2014]*, a perda anual média de florestas primárias tropicais úmidas aumentou 44%. (...) Faz-se necessária uma ação corretiva séria. Os esforços realizados até o momento têm sido inadequados para alcançar mudanças sistêmicas. O setor privado não está no caminho certo para eliminar o desmatamento da produção agrícola.



Relatório de Avaliação
Quinquenal da Declaração de
Nova York sobre Florestas (2019)¹



Somos a farinha em seu pão, o trigo em seu macarrão, o sal em sua batata frita. Somos o milho em suas tortilhas, o chocolate da sua sobremesa, o adoçante em seu refrigerante. Somos o óleo em seu molho para saladas e a carne vermelha, porco ou frango que você come no jantar. Somos o algodão em suas roupas, o antiderrapante do seu tapete e o fertilizante do seu campo.²



Cargill, brochura
corporativa de 2001



[N]ossa indústria ficará aquém da meta de 2020 de eliminar o desmatamento.³



Ruth Kimmelshue, diretora de
Sustentabilidade da Cargill

As menções ao "Greenpeace" neste relatório devem ser lidas como referências ao Greenpeace Internacional, salvo indicação em contrário.

1. Avaliação de Parceiros da DNYF (2019) p. 14
2. Herre R. (2017)
3. Stauffer C. (2019)



SUMÁRIO EXECUTIVO

O desmatamento das florestas brasileiras foi longe demais. As terras do país estão sendo desmatadas e queimadas para dar lugar ao gado e à monocultura de grãos, abastecendo a crescente demanda por *commodities* agrícolas das maiores empresas de alimentos do mundo.

Na última década, empresas do setor de alimentos, higiene e varejo firmaram inúmeros compromissos para comprar produtos com alto risco de conter desmatamento "de forma responsável". Há cinco anos, mais de 150 empresas se reuniram com governos, povos indígenas e organizações da sociedade civil para assinar a Declaração de Nova York sobre Florestas (DNYF), prometendo eliminar o desmatamento para *commodities* como soja, gado e óleo de palma até 2020.⁴ No entanto, em setembro de 2019, a avaliação oficial da DNYF concluiu que atingir esse objetivo agora é "provavelmente impossível" porque "os esforços até o momento foram inadequados para alcançar mudanças sistêmicas".⁵ As florestas brasileiras e o Cerrado continuam sob ataque da agricultura industrial, que também ameaça o equilíbrio climático do mundo, o meio ambiente e as comunidades tradicionais".⁶

A situação no Brasil piorou sob o comando do presidente Jair Bolsonaro, cuja máquina de governo parece ter adotado o ataque sistemático

à Amazônia e seus povos indígenas como pilar de sua política econômica. Bolsonaro deu apoio tácito à apropriação de terras e invasões por madeireiros, mineradoras e agricultores ilegais em terras indígenas.⁷ O Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, respondeu aos incêndios e à crise do desmatamento com pedidos para que a Amazônia fosse "monetizada"⁸, o presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), encarregado de monitorar o desmatamento, foi demitido⁹ e os recursos e orçamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e dos Recursos Naturais Renováveis foram cortados.¹⁰

Não surpreende que o Brasil tenha sofrido um grande aumento de incêndios e do desmatamento em 2019 em comparação aos últimos anos.¹¹ Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) o desmatamento na Amazônia aumentou 29,5% em comparação a 2018, chegando a 9.762 km², uma área equivalente a 1,4 milhão de campos de futebol ou seis vezes a cidade de São Paulo.

Enquanto o gado continua sendo o principal vetor de desmatamento tanto globalmente¹², como no Brasil,¹³ a soja – usada principalmente como ração animal para produção intensiva de carne e laticínios¹⁴ – continua a se expandir rapidamente por toda a América do Sul.

4. Site da Declaração de Nova York sobre Florestas, "Home"

5. Avaliação de Parceiros da DNYF (2019) p. 14

6. Conforme documentado pelo Greenpeace (2019)

7. Veja, por exemplo, Avaliação de Parceiros da DNYF (2019) p. 75, Phillips D. (2019a) e *BBC News* (2019).

8. Schipani A. & Harris B. (2019)

9. Phillips D. (2019c)

10. Spring J. & Eisenhammer S (2019)

11. Spring J. (2019), site do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) - Programa Queimadas, Banco de dados queimadas e painel de alertas do TerraBrasilis, Análises - Cerrado

No Brasil, a produção de soja mais do que quadruplicou nas últimas duas décadas¹⁵ e está projetada para aumentar mais 33% nos próximos dez anos, com as exportações crescendo 42%.¹⁶ Até o final da próxima década, a previsão é de que, apenas no Brasil, outros 9,5 milhões de hectares (ha)¹⁷ – uma área três vezes maior do que a Bélgica¹⁸ – sejam plantados, colocando ainda mais pressão sobre ecossistemas natutais.

O fracasso do setor privado em conduzir as mudanças sistêmicas necessárias para reduzir seu vínculo com o desmatamento e os abusos aos direitos humanos – e a dura realidade desse fracasso para as comunidades – é exemplificado pelo caso da empresa Agronegócio Cachoeira do Estrondo, localizada na fronteira de expansão da soja, no Cerrado brasileiro.

Parte das terras ocupadas pela Estrondo foram reconhecidas pela justiça como pertencente às comunidades tradicionais de geraizeiros, que habitam a região há cerca de 200 anos. No entanto, as comunidades têm sofrido frequentemente com situações de violência e intimidação. Registros em foto e vídeo comprovam esse tipo de abuso: uma invasão armada de um grupo de indivíduos que alegavam ser policiais do estado da Bahia, um criador familiar de gado sendo baleado por um membro de uma força de segurança privada, assédio a um membro da comunidade em um posto de segurança, patrulhas armadas e cercas de segurança colocadas nas terras da comunidade.

Os problemas relacionados ao desmatamento, direitos humanos e legalidade dessa propriedade são bem conhecidos, tendo sido abordados muitas vezes pela mídia brasileira e pelo Greenpeace muitas vezes. Como ficará claro neste relatório, até as autoridades brasileiras reconhecem que a propriedade foi fundada a partir de um processo de grilagem de uma enorme porção de terras, na qual já foi registrado uso de trabalho escravo, sem contar uma série de outras infrações e irregularidades no que diz respeito às licenças de desmatamento. Apesar disso, em maio de 2019, as autoridades renovaram uma licença de supressão de vegetação para limpar mais 25 mil hectares de vegetação natural dentro da propriedade.¹⁹

Apesar dos compromissos políticos e corporativos do setor privado, as gigantes da comercialização de grãos Bunge e Cargill têm silos dentro da

propriedade, atrás das guaritas de segurança, e a soja das instalações da Bunge na propriedade da Estrondo foi exportada para a União Europeia (UE) em agosto de 2019.²⁰

Confrontadas com essa evidência, Bunge e Cargill não foram capazes de responder de forma significativa ou apresentar resposta prática e enérgica para resolver os problemas relacionados à Estrondo, onde eles têm instalações e de onde exportam, embora a Cargill diga que agora está investigando. A Estrondo também respondeu, negando irregularidades, questionando a área do empreendimento e titularidade, além de justificar a presença de segurança privada como forma de autoproteção.²¹

Estamos vivendo uma emergência climática. Governos e empresas falharam conosco. O sistema global de produção de alimentos e commodities está esfacelado. A falta de governança e de sistemas transparentes de monitoramento que garantam cadeias produtivas livres de destruição de ecossistemas naturais ou conflitos sociais, somada as atuais negociações internacionais - incluindo o acordo comercial EU-Mercosul - parecem fadadas a acelerar ainda mais o desmatamento, colocando o lucro acima das pessoas e do planeta.

O comércio de commodities mostrou-se pouco disposto a mudar a tempo de conter a escalada da violência e impedir um colapso ecológico. A agenda do governo Bolsonaro aumenta ainda mais o risco de desmatamento associado às commodities brasileiras, ao mesmo tempo que a demanda crescente por produtos como carne bovina e soja agem como justificativa para o desmatamento e a violação dos direitos de comunidades tradicionais e povos indígenas do país. Empresas como Bunge e Cargill e por sua vez empresas que compram delas (McDonald's, Burger King e KFC) devem se posicionar e rejeitar publicamente produtos de fornecedores ligados à destruição ambiental e violações de direitos humanos, seja na Amazônia ou em outras regiões ameaçadas.

Especificamente no caso de Estrondo, o governo e as empresas devem garantir o seguinte:

- Proteger as pessoas: garantir a segurança das comunidades tradicionais geraizeiras e o reconhecimento oficial de suas terras,

12. Henders S., Persson U. M. & Kastner T. (2015)

13. Projeto MapBiomass v3.1 'Annual land use land cover maps of Brazil'

14. Sharma S., IATP e Schlesinger S. (2017) p. 25

15. Site FAOSTAT "Crops".

16. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil (2019) p. 39, Tabela 11

17. De 35,8 milhões de hectares em 2018/2019 a 45,3 milhões de hectares em 2028/2029. Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil (2019) p. 14, Tabela 3

18. 30,5 milhões de hectares. Fonte: Site da CIA "The World Factbook".

19. Licença inicial (Portaria no. 9077), emitida no dia 12 de janeiro de 2015, vencida no

dia 12 de janeiro de 2019; renovada no dia 22 de maio de 2019, válida até 22 de maio de 2023 (Portaria no. 18.440). Disponível em <http://sistema.seia.ba.gov.br/lai.xhtml>.

20. De acordo com dados de remessa da Panjiva (<https://panjiva.com/data/brazil-trade-data>), que rastreia empresas envolvidas no comércio global. Os links de comércio incluem a Alemanha em 2019, China e Coreia do Sul em 2018, Índia e Holanda em 2017 e França em 2016.

21. Documentos em posse do Greenpeace. A cópia da resposta da Delfin está disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1eIQ-1qZZPuvkNHeg3UIdC2CrxTGWZuV?usp=sharing>

garantindo o fim da violência bem como a remoção da infraestrutura da Estrondo, para que eles possam exercer seus direitos de uso da terra sem impedimentos e sem degradar ainda mais a área.

- Sem desmatamento: garantir que qualquer plano futuro de desmatamento dentro da propriedade seja imediatamente e permanentemente abandonado.
- Pare de comprar destruição e violência: suspendam todas as compras vinculadas à Estrondo (direta e indiretamente) até que os critérios acima sejam alcançados e um plano consistente para lidar com as violações, abusos e ilegalidades do passado entre em vigor.

Por fim, empresas que usam commodities com risco de desmatamento devem limitar-se a comercializar apenas o que puderem demonstrar publicamente como não proveniente de destruição de ecossistemas ou violações de direitos humanos - mas simplesmente limpar as cadeias produtivas não será suficiente. As empresas precisam mudar fundamentalmente seus modelos de negócios para evitar uma catástrofe climática e defender os direitos humanos.

“Em todos os contratos de compra e venda de grãos, o produtor declara a regularidade e o respeito às regras ambientais e de proteção social no cultivo do produto, bem como o conhecimento da possibilidade de rescisão contratual em caso de não conformidade.”

Raúl Padilla, presidente de operações globais da Bunge, carta enviada ao Greenpeace Brasil, em 24 de setembro de 2019.

“A Cargill está firmemente comprometida em eliminar o desmatamento de nossas cadeias de suprimentos globais e proteger os direitos das comunidades tradicionais e povos indígenas. Nosso compromisso com os direitos humanos é inabalável - tratando as pessoas com dignidade e respeito no local de trabalho, em nossas cadeias de suprimentos e nas comunidades onde fazemos negócios. E esperamos o mesmo de nossos fornecedores.”

Nick Martell-Bundock, diretor sênior da Cargill, em comunicado enviado ao Greenpeace, em 27 de setembro de 2019


O CERRADO: PESSOAS E NATUREZA NA LINHA DE FOGO

“A indústria de bens de consumo, por meio de seu uso crescente da soja, óleo de palma, carne bovina, papel e papelão, cria muitos dos incentivos econômicos que impulsionam o desmatamento.”²²

Fórum de Bens de Consumo, 2010

“[A]o longo dos últimos nove anos, aprendemos que as forças que impulsionam o desmatamento são mais complexas do que quase todas as partes interessadas pensavam em 2010.”²²

Fórum de Bens de Consumo, 2019

 Cerrado brasileiro é a savana mais biodiversa do mundo. Os 200 milhões de hectares do bioma abrigam 5% das espécies vegetais e animais do planeta,²⁴ das quais mais de 4.800 não são encontradas em nenhum outro lugar.²⁵ A região é conhecida como "berço das águas", pois é fundamental para 8 das 12 bacias hidrográficas brasileiras; contém as cabeceiras de quase todos os afluentes do sul do rio Amazonas, bem como de vários rios dos estados do Maranhão e do Piauí.²⁶

22. Fórum de Bens de Consumo (2010)

23. Fórum de Bens de Consumo (2019)

24. Dias BFS (1982)

25. Strassburg B. Brooks T. & Feltran-Barbieri R (2017)

26. WWF (2017) p. 2



Apesar de seu valor ecológico inestimável, o Cerrado está sendo rapidamente destruído: perdeu 2,8 milhões de hectares de vegetação natural,²⁷ sendo que as principais ameaças têm origem nas fazendas de soja e pecuária.²⁸ Entre agosto de 2017 e julho de 2018, cerca de 665 mil hectares do Cerrado (uma área quatro vezes maior que a cidade de São Paulo) tiveram a vegetação natural suprimida.²⁹ Em 2018, quase 100 mil hectares foram desmatados no estado do Mato Grosso; um estudo recente realizado no estado concluiu que 95% do desmatamento foi feito ilegalmente.³⁰

Estima-se que quase metade da vegetação natural do Cerrado (cerca de 95 milhões de ha³¹ — área maior que a Venezuela³²) já tenha sido destruída. A área remanescente tem um estoque estimado de carbono equivalente a 13,7 GtCO₂.³³

Assim como na Amazônia³⁴, a pecuária tem sido a principal força motriz da conversão: pouco menos de um quarto do Cerrado, cerca de 48,5 milhões de hectares, uma área quase duas vezes maior que a do Reino Unido,³⁵ era pastagem em 2017.³⁶ Mais 24 milhões de hectares foram convertidos em terras agrícolas, muitas vezes depois de terem sido usados para pastagem.³⁷

A área do Cerrado conhecida como “Matopiba” figura, hoje, no centro da expansão do agronegócio e está particularmente ameaçada. O Matopiba, que cobre quase 74 milhões de hectares nos estados brasileiros do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia,³⁸ tem sido apontado como a “nova fronteira” para a soja e outras *commodities* agrícolas.³⁹ Entre 2007 e 2014, quase dois terços da expansão agrícola no Matopiba ocorreram às custas da savana, florestas e outras vegetações nativas do Cerrado.⁴⁰

As mais recentes projeções oficiais do Brasil indicam que em 2028 e 2029, o Matopiba deverá produzir 29 milhões de toneladas de soja – um aumento de 6,5 milhões de toneladas sobre a produção atual (+22%), em uma área plantada de 8,8 milhões de hectares (maior do que os 7,6 milhões de hectares em 2018/2019).⁴¹ O Matopiba é apontado como uma “área de grande potencial produtivo”, pronta para a expansão e onde a terra custa metade do preço cobrado no estado de Mato Grosso⁴². Como o agronegócio se expande nesta região, o preço da terra é um fator decisivo.



Fonte: Cerrado biome boundary IBGE (2004); MapBiomias

27. Projeto MapBiomias v3.1 *Annual land use land cover maps of Brazil*

28. Critical Ecosystem Partnership Fund (2017) pp146–151

29. Análise realizada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Fonte: Inpe (2018). São Paulo cobre 152.300 ha (fonte: Site AboutBrasil, “Top 10 largest cities in Brasil”).

30. Assessoria de Comunicação (2019)

31. Lenti F. (2018)

32. 91,2 milhões de hectares. Fonte: Site da CIA “The World Factbook”.

33. Critical Ecosystem Partnership Fund (2017) pp. 51–52

34. Veja exemplos no Projeto MapBiomias v3.1 *Annual land use land cover maps of*

Brazil e Tyukavina A et al (2017) p. 3 Tabela S2A.

35. 24,4 milhões de hectares. Fonte: Site da CIA “The World Factbook”.

36. Projeto MapBiomias v3.1 *Annual land use land cover maps of Brazil*

37. Projeto MapBiomias v3.1 *Annual land use land cover maps of Brazil*

38. Site Input Brasil, “Regions: MATOPIBA”

39. USDA (2012)

40. Carneiro Filho A. e Costa K. (2016) p. 9

41. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil (2019) p. 90, Tabela 27

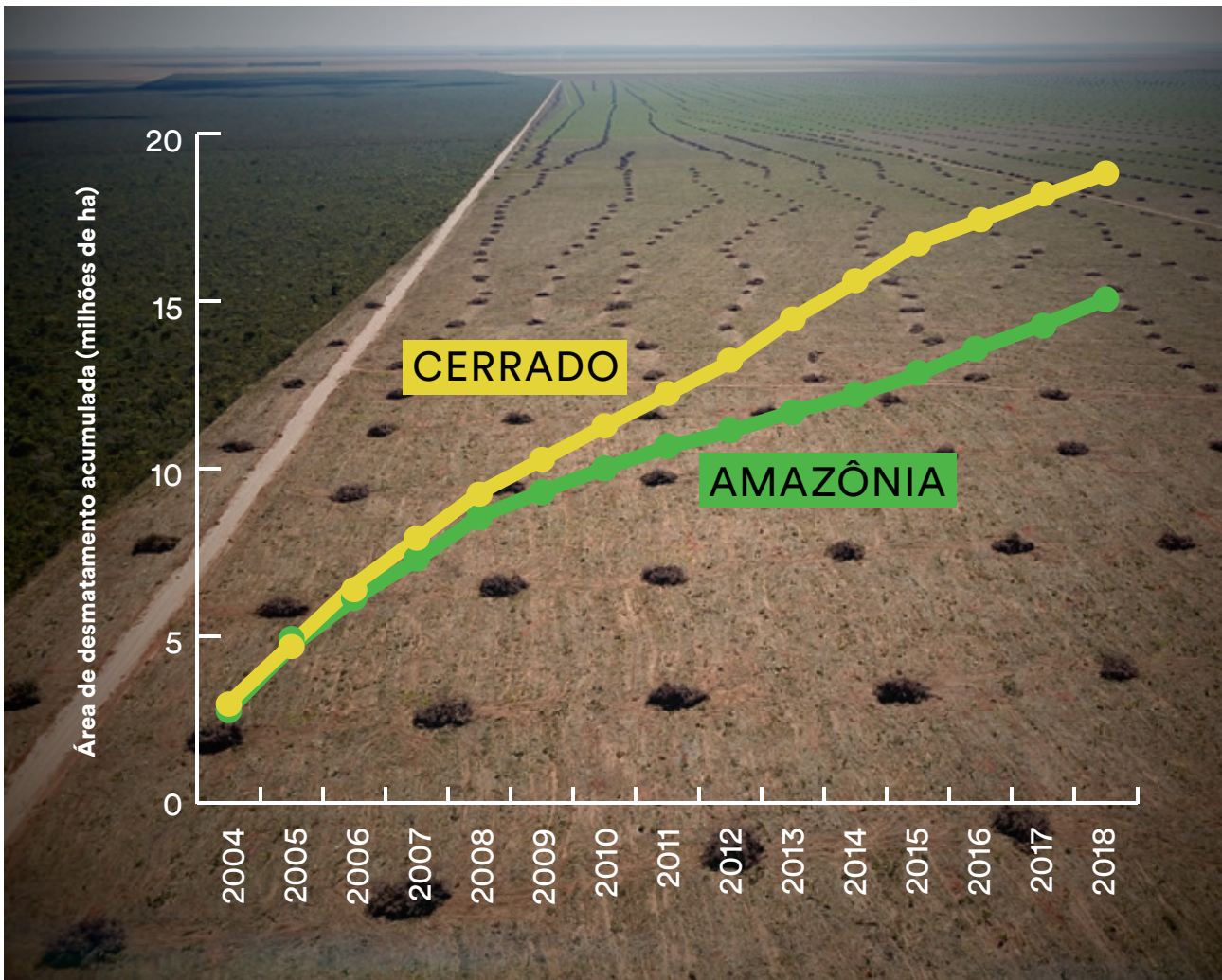
42. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil (2019) p. 41



Desmatamento acumulado de 2004 a 2018

Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)

15 de julho de 2019, Formosa do Rio Preto.
Desmatamento recente. ©Greenpeace



O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) publica relatórios anuais de desmatamento para a Amazônia Legal Brasileira⁴³ e o Cerrado por meio de seu sistema de monitoramento por satélite - PRODES.⁴⁴ Esses relatórios mostram uma perda de 33,8 milhões de hectares nos dois biomas entre 2004 e 2018.

43. A Amazônia Legal cobre 37% do bioma Cerrado. Fonte: Instituto Socioambiental (2009).

44. Painel TerraBrasilis PRODES (desmatamento) Análises - Amazônia Legal e Análises - Cerrado

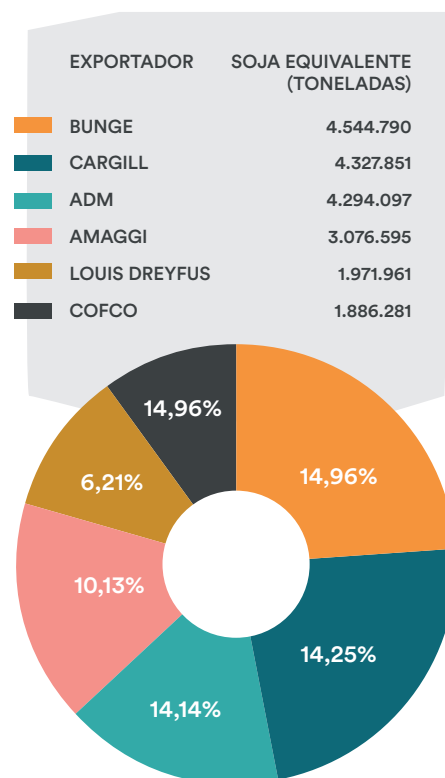
COMO O COMÉRCIO DE COMMODITIES ALIMENTA O CONFLITO NO CERRADO

A devastação de regiões como o Cerrado é impulsionada pelo apetite global por *commodities* agrícolas, como soja, milho e algodão.⁴⁵ Somente no Brasil, cerca de 35,8 milhões de hectares, uma área do tamanho da Alemanha,⁴⁶ são dedicados à produção de soja.⁴⁷ O comércio é dominado por um punhado de empresas gigantes que comercializam grãos. Uma análise da Trase, uma organização não governamental (ONG) que foca em aumentar a transparência das cadeias de suprimentos de *commodities* agrícolas, mostra que, em 2017, 58% das exportações brasileiras de soja estavam nas mãos de apenas seis empresas – Bunge, Cargill, ADM, Louis Dreyfus, Cofco International e Amaggi (ordem por volume).⁴⁸ Essas empresas, por sua vez, fornecem para marcas multinacionais, direta e indiretamente, incluindo as empresas de fast food Burger King, KFC e McDonald's, além de inúmeros varejistas e fabricantes de alimentos e outros produtos com soja ou carne e laticínios provenientes de animais alimentados com ração à base de soja.⁴⁹

A análise da Trase indica que entre 2006 e 2016, as cadeias de suprimentos dessas seis gigantes da comercialização de grãos foram associadas a dois terços do risco total de desmatamento⁵⁰ diretamente relacionado à expansão da soja no Brasil. Esse risco está concentrado no Cerrado⁵², onde pelo menos 40% da soja brasileira foi produzida em 2017, das quais 60% foram exportadas.⁵³ Juntas, essas seis empresas representaram dois terços de toda a soja exportada do Cerrado.⁵⁴



Os seis principais exportadores de soja do Cerrado representaram 66% das exportações em 2017⁵⁵



45. Carneiro Filho A. & Costa K. (2016)

46. 35,7 milhões de hectares. Fonte: Site da CIA "The World Factbook".

47. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil (2019) p. 14, Tabela 3

48. Fonte: análise dos dados baixados da plataforma Trase: 'Bulk downloads, Brazil – Soy (All Years)' <https://trase.earth/data>

49. Informação em poder do Greenpeace. Veja também, por exemplo, os dados de comércio publicados por Neslen A. (2017), Mano A. (2019), Cargill (2016), Zhang M. (2017), Wasley A. & Heal A. (2019) e Panjiva (<https://panjiva.com/data/brazil-trade>).

50. Uma medida da exposição de uma empresa ou país de importação ao risco de que uma mercadoria que ela/ele está fornecendo esteja associada ao desmatamento na região onde foi produzida. Veja Trase (2018b) pp. 55–56 para informações sobre

como o risco de desmatamento é calculado.

51. Trase (2018b) p. 11

52. Trase (2018b) pp. 10–11

53. 46 milhões de toneladas. Fonte: análise dos dados baixados da plataforma Trase: Bulk downloads, Brazil – Soy (All Years), <https://trase.earth/data>. Nota: A Trase lista a fonte de 11% da soja produzida no Brasil como "bioma desconhecido", então os números reais de produção provavelmente são maiores.

54. Fonte: análise dos dados baixados da plataforma Trase: Bulk downloads, Brazil – Soy (All Years), <https://trase.earth/data>.

55. Fonte: análise dos dados baixados da plataforma Trase: Bulk downloads, Brazil – Soy (All Years), <https://trase.earth/data>

Entre 2010 e 2015, apenas cinco empresas – incluindo a ADM, a Bunge e a Cargill, todas signatárias da Moratória da Soja na Amazônia⁵⁶ de 2006 (veja "Guerra de Bolsonaro contra a Amazônia", abaixo) – foram responsáveis por mais de três quartos do total das exportações de soja do Matopiba.⁵⁷ Essas três empresas também foram as maiores exportadoras de soja do Cerrado em 2017, com exportações combinadas de 13 milhões de toneladas.⁵⁸

Em 2018, o Ibama multou cinco comerciantes, incluindo a Bunge e a Cargill, por negociarem soja de áreas desmatadas ilegalmente no Matopiba.⁵⁹

As seis empresas que dominam a maioria das exportações brasileiras de soja reconheceram os "riscos à sustentabilidade" de se operar em uma região tão vulnerável. Todas, exceto a Amaggi, são membros do Soft Commodities Forum (SCF), que se comprometeu, em fevereiro de 2019, a monitorar as cadeias de fornecimento em 25 municípios de alto risco no Cerrado, a fim de lidar com o desmatamento e os impactos associados.⁶⁰ Dos 25 municípios de alto risco identificados pelo SCF, 23 estão localizados no Matopiba.⁶¹

Em junho de 2019, os membros do SCF publicaram "relatórios de progresso" que detalham sua exposição ao Cerrado e aos 25 municípios de alto risco.⁶² Esses relatórios indicam que essas megaempresas são altamente dependentes da soja do Cerrado, apesar de reconhecerem a enorme ameaça social e ambiental que representam: quase 40% da soja da ADM,⁶³ da Bunge⁶⁴ e da Cargill⁶⁵ vem do Cerrado, em proporções variáveis, mas consideráveis, tendo origem nesses 25 municípios. De fato, a extensa infraestrutura que essas empresas estabeleceram na região estimula a expansão e a conversão, facilitando o acesso dos agricultores aos mercados globais.⁶⁶

Em setembro de 2017, mais de 60 ONGs brasileiras, incluindo o Greenpeace Brasil, publicaram o Manifesto do Cerrado – uma chamada para "ação imediata em defesa do Cerrado por empresas que compram soja e carne que vêm do bioma, bem como por investidores ativos nesses setores". No mês seguinte, 23 marcas globais, incluindo o McDonald's, membros do Consumer Goods Forum e vários varejistas assinaram uma "declaração de apoio" que sinalizava a intenção de "trabalhar com partes interessadas locais e internacionais para deter o desmatamento e a perda de vegetação nativa no Cerrado." Até setembro de 2019, a declaração contava com a assinatura de mais de 125 empresas e investidores.⁶⁸

No entanto, apesar de estar ciente dos riscos, as empresas globais que dependem da soja e outras *commodities* falharam completamente em introduzir os controles necessários para eliminar o desmatamento e a exploração indiscriminada de suas cadeias de fornecimento.⁶⁹ A soja é usada principalmente como ração animal,⁷⁰ mas uma análise do Greenpeace de mais de 50 marcas mundialmente conhecidas, revelou que as empresas desconheciam totalmente a quantidade de soja consumida como ração animal em suas cadeias de fornecimento de carne e laticínios.⁷¹

Em outras palavras, as marcas estavam tomando pouca ou nenhuma ação para garantir que a soja consumida dentro de suas cadeias de fornecimento viesse de empresas e grupos de produtores que não estivessem destruindo florestas ou explorando trabalhadores e comunidades locais.

56. Abiove (2007) p. 10

57. Trase (2018c)

58. Trase (2018a); veja também Chain Reaction Research (2018a,b) e Chain Reaction Research (2019)

59. Spring J. (2018)

60. WBCSD (2019) e Prager A. (2019)

61. Veja, por exemplo, Cargill & WBCSD (2019) p. 10.

62. Veja, por exemplo, Cargill & WBCSD (2019) e Bunge & WBCSD (2019)

63. 38,7% do Cerrado, dos quais 18% se originaram nos 25 municípios de "alto risco". Fonte: ADM & WBCSD (2019) p. 14.

64. 38,6% do Cerrado, dos quais 39,3% se originaram nos 25 municípios de "alto risco". Fonte: Bunge & WBCSD (2019) p. 14.

65. 37,4% do Cerrado, dos quais 23,1% se originaram nos 25 municípios de "alto risco". Fonte: Cargill & WBCSD (2019) p. 14.

66. Veja, por exemplo, Fearnside P. (2017).

67. Site FAIRR, "About"

68. Site FAIRR, "About" e "Statement of support". Em setembro de 2019, mais de 70 empresas assinaram o manifesto.

69. Veja, por exemplo, a Avaliação de Parceiros da DNYF (2019) pp. 13-14

70. Sharma S., IATP e Schlesinger S. (2017) p. 25

71. Greenpeace (2019)

31 de janeiro de 2019,
Fazenda Estrondo, Formosa do Rio Preto:
Cena de um vídeo disponibilizado pela Comissão Pastoral da
Terra (CPT), que documenta o momento em que geraizeiro
membro da comunidade foi baleado por funcionários da
empresa de segurança privada Estrela Guia. ©Arquivo pessoal



EFEITOS COLATERAIS: COMUNIDADES NA MIRA DA INDÚSTRIA DA SOJA

“Se alguém fica doente aqui à noite, pode até morrer, porque eles não deixam a gente passar [pelos bloqueios].”⁷²

*Guilherme Ferreira de Sousa,
membro da comunidade de geraizeiros*

“Acho que isso foi só uma desculpa para me incriminar, já que eles [Estrondo] estão sendo derrotados na justiça. Eu sei que sou um alvo, mas isso não vai me intimidar.”⁷³

*Adão Batista Gomes,
membro da comunidade de geraizeiros*

“As ações violentas da Estrondo são, normalmente, ligadas ao calendário da Justiça. Se eles perdem uma ação legal, eles tendem a agir mais violentamente contra as pessoas.”⁷⁴

*Maurício Corrêa, membro da Associação
de Advogados de Trabalhadores Rurais*

Recentemente, o Greenpeace Brasil investigou uma propriedade produtora de soja no Matopiba, a Agronegócio Condomínio Cachoeira do Estrondo, localizada no município de Formosa do Rio Preto, no oeste da Bahia. Formosa do Rio Preto está no centro da fronteira de desmatamento da soja no Cerrado e é reconhecido como um município de "alto risco" pelos comerciantes do SCF.⁷⁵ Os dados do Inpe mostram que é o município em que ocorreu o maior desmatamento no Cerrado, com quase 450 mil hectares de vegetação natural modificada entre 2001 e 2018.⁷⁶

Entre janeiro e agosto de 2019, o Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter) do Inpe emitiu alertas relativos a um total de 404.910 hectares no Cerrado brasileiro. O município em que ocorreu o maior desmatamento no Cerrado foi Formosa do Rio Preto, que registrou quase 5% do total, com uma área de 17.458 hectares com alertas.⁷⁷

72. Repórter Brasil (2017)

73. Milhorance F. (2018)

74. Milhorance F. (2018)

75. Formosa do Rio Preto é um dos 25 municípios da região do Cerrado que a Bunge, a Cargill e outros megacomerciantes identificaram como "prioridades para engajamento, monitoramento e geração de relatórios". Veja, por exemplo, Bunge & WBCSD (2019) pp. 10–11.

76. Painel do TerraBrasilis Prodes (desmatamento) "Analyses - Cerrado / Municipalities"

77. Painel de alertas do TerraBrasilis "Analyses - Cerrado"



23 de março de 2019. Equipe do Greenpeace flagrou soja sendo colhida em área embargada pelo Ibama.
@ Greenpeace

Formosa do Rio Preto tem forte vinculação com o mercado global – é o quarto maior município produtor de soja do Brasil (os três primeiros também estão localizados no Cerrado)⁷⁸ e quatro dos seis membros do SCF compram a soja cultivada por lá. De acordo com a Trase, em 2017, a Bunge adquiriu 350 mil toneladas de soja desse município – sua terceira mais importante região de abastecimento no Brasil.⁸⁰ De acordo com projeções oficiais, o município aumentará em 30% sua produção de soja na próxima década.⁸¹

A Bunge e a Cargill operam silos dentro dos limites da propriedade⁸² e compram soja diretamente de suas plantações⁸³ – a propriedade em si também tem fortes ligações com o mercado global.

A soja da fazenda Estrondo também é comercializada através de silos nos municípios vizinhos de Formosa do Rio Preto e Luís Eduardo Magalhães. As megacomerciantes ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus – por meio da *joint venture* Amaggi Louis Dreyfus Zen-Noh – têm silos nesses municípios e exportam para o mercado global. Embora não tenha silos nesses dois municípios, a Cofco International também exporta da região.⁸⁴

A fazenda Estrondo tem um histórico notório que inclui desde acusações por apropriação de terras, uso de mão de obra escrava à desmatamento ilegal.⁸⁵ As imagens registradas durante a investigação do Greenpeace Brasil no final de maio de 2019 documentam uma ação armada contra uma comunidade geraizeira, onde parte da Estrondo se sobrepõe à área de ocupação tradicional da comunidade. A ação, cujo objetivo permanece incerto, foi liderada por indivíduos que alegavam ser policiais, embora não tenham apresentado mandado, e usassem o que mais tarde foi confirmado por uma fonte confidencial como sendo um veículo oficial da polícia do estado da Bahia (consulte o texto sobre "Violência e intimidação contra comunidades locais").⁸⁶

Além das tensões existentes sobre os direitos e controle do uso da terra, há a recente renovação de uma licença de supressão de vegetação⁸⁷ que concede à Delfin Rio S/A - Crédito Imobiliário, principal holding da fazenda Estrondo, quatro anos para desmatar 25 mil hectares adicionais – uma área em grande parte coberta por vegetação natural remanescente de planície que está dentro dos limites da propriedade.

78. Os municípios com maior produção em 2017 foram: Sorriso (MT) - 2.157.600 toneladas; São Desidério (BA) - 1.395.693 toneladas; Nova Mutum (MT) - 1.348.776 toneladas; e Formosa do Rio Preto (BA) - 1.329.131 toneladas. Fonte: Site do IBGE Sídrea "Produção agrícola municipal: Tabela 1612".

79. Veja, por exemplo, Bunge & WBCSD (2019) p. 22.

80. Site da Trase "Profiles: Bunge"

81. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil (2019) p. 90, Tabela 27

82. Investigação do Greenpeace Brasil; veja também o site do Agronegócio Estrondo, "Ações sociais".

83. Documentos em posse do Greenpeace.

84. Fonte: dados de comércio da Conab (<https://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultaArmazem.do?method=acaoCarregarConsulta>), Panjiva (<https://panjiva.com/data/brazil-trade-data>) e Trase (<https://trase.earth/data>).

85. Ver Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasil (1999), p. 27, Reimberg M (2009), Comissão Pastoral da Terra (2005) e Comissão Pastoral da Terra (2019).

86. Comunicação pessoal com a equipe do Greenpeace Brasil.

87. Licença inicial (Portaria no. 9077), emitida no dia 12 de janeiro de 2015, vencida no dia 12 de janeiro de 2019; renovada no dia 22 de maio de 2019, válida até 22 de maio de 2023 (Portaria no. 18.440). Disponível em <http://sistema.seia.ba.gov.br/lai.xhtml>.

FAZENDA ESTRONDO: UM CICLO DE VIOLÊNCIA E CONFLITO

GRILAGEM DE TERRAS

Até recentemente a empresa declarava em seu site que a mega-fazenda Estrondo ocupa uma área de 305 mil ha,⁸⁸ uma área maior que as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo juntas.⁸⁹ Os documentos de registro imobiliário mostram que, em 1978, o grupo Delfin, de propriedade de Ronald Guimarães Levinsohn,⁹⁰ adquiriu o terreno onde a propriedade está situada, uma área que abrange cerca de 444 mil ha.⁹¹ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) questionou a legalidade da compra, sugerindo que a Fazenda Estrondo foi fundada em uma grilagem de terras.⁹²

Os documentos de 2018 da justiça do estado da Bahia afirmam que a Estrondo foi estabelecida sob a propriedade de quatro holdings: Delfin Rio S/A Crédito Imobiliário, Cia Melhoramentos do Oeste da Bahia, Colina Paulista S/A e União de Construtoras S/A.⁹³

Somente a Delfin Rio S/A Crédito Imobiliário e a Cia. Melhoramentos do Oeste da Bahia são atualmente reconhecidas no site da Agronegócio Estrondo como como proprietárias dentro do condomínio;⁹⁴ perfis de registro público mostram que as empresas são controladas por Levinsohn ou sua família.⁹⁵ As outras duas empresas parecem estar localizadas no exterior. A Colina Paulista

S/A, registrada na Fazenda Austrália – dentro da Fazenda Estrondo, é de propriedade da Tamzim Trading Ltd., uma holding registrada nas Ilhas Virgens Britânicas.⁹⁶ A União de Construtoras S/A – cuja última proprietária, a Giacometti Investments S/A, está localizada no Panamá⁹⁷ – supostamente transferiu sua participação para a Delfin em 1981⁹⁸ e depois mudou seu nome.⁹⁹ Assim, parece que a propriedade é agora detida por apenas três empresas. Essas três empresas são rés em um processo por reconhecimento do direito de uma comunidade local a 43 mil hectares de terra dentro da Fazenda Estrondo.¹⁰⁰

O Ministério Público da Bahia indicou que todas as quatro holdings originais estão interligadas e associadas à Delfin de Levinsohn. Os autos referem-se ao número de cisões, fusões e refusões e transferências de áreas entre as pessoas jurídicas da União de Construtoras S/A; Delfin Rio S/A - Crédito Imobiliário; Colina Paulista S/A; e Cia. Melhoramentos do Oeste da Bahia, e que “quaisquer registros cadastrais que possuam diferentes titulares de direitos são de propriedade da Delfin Rio S/A - Crédito Imobiliário”. A conclusão do promotor, com base em sua análise de vários documentos, foi que “Colina Paulista S/A e a Cia. Melhoramentos do Oeste da Bahia são o resultado de uma cisão parcial da Delfin Rio S/A - Crédito Imobiliário... [destinada a facilitar] o encobrimento de irregularidades por trás de uma enorme quantidade de burocracia.”¹⁰¹

88. Site do Agronegócio Estrondo “Geografia”. Veja aqui <https://web.archive.org/web/20190207123755/http://agronegocioestrondo.com.br/geografia.html>

89. Rio de Janeiro 126.000 hectares, São Paulo 152.300 hectares. Fonte: Site AboutBrasil, “Top 10 largest cities in Brasil”.

90. De acordo com a Receita Federal, a Delfin Rio S/A Crédito Imobiliário (CNPJ 33.923.848/0001-41) foi criada em 20 de novembro de 1972 no Rio de Janeiro e Ronald Guimarães Levinsohn é o único proprietário. Veja site da Receita Federal “Consulta Quadro de Sócios e Administradores – QSA” and “Emissão de comprovante de inscrição e de situação cadastral”.

91. Número de propriedade 736, adquirido em 30 de dezembro de 1978. Originalmente registrado em Santa Rita de Cássia e depois transferido para Formosa do Rio Preto. Veja Neto MRC (2018) pp. 7, 18, cópia em posse do Greenpeace.

92. Veja Ministério da Reforma Agrária do Brasil (1999) pp. 24, 27.

93. Neto MRC (2018) p. 6. Cópia em posse do Greenpeace.

94. Site do Agronegócio Estrondo “Administração”

95. Fonte: Site da Receita Federal, “Consulta Quadro de Sócios e Administradores – QSA”.

96. Site da Receita Federal, “Consulta Quadro de Sócios e Administradores – QSA” O perfil do registro público mostra a localização da Colina Paulista S/A.

97. Site da Receita Federal “Consulta Quadro de Sócios e Administradores – QSA”

98. Veja a movimentação do processo 0000430-97.2014.8.05.0081 de 23 de novembro de 2014. Cópia em posse do Greenpeace.

99. O perfil do registro mostra que a União de Construtoras S/A (CNPJ 43.938.885/0001-87) mudou seu nome para Druida de Desenvolvimento em março de 2011.

100. As três empresas processadas pela comunidade são: Cia Melhoramentos do Oeste da Bahia, Colina Paulista e Delfin [sic] Crédito Imobiliário. Fonte: Alvarenga MF (2017) p. 1. Cópia em posse do Greenpeace. Veja também Associação de Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais (2019).

101. Neto MRC (2018) p. 18. Cópia em posse do Greenpeace.





© Fernando Martinho

Fazenda Estrondo, em Formosa do Rio Preto. Cercas elétricas e postos de checagem, com seguranças armados da empresa Estrela Guia, atravessam território tradicional de comunidades geraizeiras. ©Reporter Brasil

Ronald Guimarães Levinsohn, proprietário do Grupo Delfin © Agência O Globo

O HISTÓRICO ESCANDALOSO DE RONALD LEVINSOHN E O GRUPO DELFIN

O grupo Delfin e Levinsohn são notórios no Brasil como resultado de um enorme escândalo financeiro bancário no início dos anos 1980, envolvendo alegações de fraude e conluio de vários ministros dentro da ditadura vigente na época. Quando o Delfin, grupo de Levinsohn, entrou em colapso em 1983, a dívida da empresa havia atingido 77 bilhões de cruzeiros antigos (203 milhões de dólares). Levinsohn havia assegurado essa dívida com os bancos estaduais, usando como garantia dois terrenos não desenvolvidos, cujo valor no papel era de meros 6,3 bilhões de cruzeiros (16,6 milhões de dólares). Para manter o controle do que restava da empresa endividada, em 1991, Levinsohn concordou em pagar o restante da dívida (nunca totalmente quitada em 13 anos). Após extensas batalhas judiciais, o Superior Tribunal de Justiça decidiu, em 2006, que a propriedade representava uma compensação justa e adequada ao Estado por perdas e danos¹⁰² – dando, assim, baixa em milhões de dólares em dívidas.

Relatos de escândalos de lavagem de dinheiro envolvendo Levinsohn continuam a aparecer: em 2016, por exemplo, o Ministério Público Federal do Rio de Janeiro (MPF/RJ) acusou Levinsohn e 15 outras pessoas de associação criminosa e crimes contra o sistema financeiro pela venda de títulos de pensão da Postalis e da Petros (Petrobras). A investigação "Operação Recomeço" revelou que cerca de 90 milhões de reais foram desviados desses fundos.¹⁰³



Junho de 2011, jornal local publica extenso perfil de Levinsohn, empresário por trás do Agronegócio Estrondo.

102. Veja de Oliveira S. (2018) e andamento do processo 0501563-36.2019.4.02.5101 de 18 de setembro 2019 (cópia em posse do Greenpeace)

103. Veja Ministério Público Federal (2016) e Revista Veja (2016). Para outros exemplos, veja de Oliveira S. (2017) e andamento do processo 0501563-36.2019.4.02.5101 de 18 de setembro 2019 (cópia em posse do Greenpeace)

DESMATAMENTO ILEGAL, LICENÇAS IRREGULARES E AMEAÇA DE MAIS DESTRUIÇÃO

*"A emissão dessas [licenças de desmatamento de 2002 cobrindo 49 mil hectares] era contrária à legislação ambiental federal. Toda a área foi desmatada de maneira irregular."*¹⁰⁴

Zenildo Soares, gerente executivo do Ibama em Barreiras (BA), entrevista de 2009 ao Repórter Brasil

*"Embora importante, a aplicação da legislação ambiental, por si só, não será suficiente para garantir a conservação do bioma, já que permite a conversão legal de até 80% dos imóveis rurais."*¹⁰⁴

Manifesto do Cerrado, setembro de 2017

"O Condomínio Cachoeira do Estrondo nega qualquer acusação de desmatamento ilegal e reafirma que mantém sua reserva legal em 22%, acima do que determina a legislação. Quanto à renovação de licença obtida em maio de 2019, o empreendimento não tem um plano definido para sua execução, mas garante que, se e quando ocorrer, o processo será integralmente realizado dentro da legalidade e de acordo com as determinações estabelecidas pelos órgãos responsáveis."

Agronegócio Condomínio Cachoeira do Estrondo, declaração ao Greenpeace em resposta a carta à Delfin, 29 de novembro de 2019

Mais de um terço da terra reivindicada pela fazenda Estrondo foi desmatada desde 2000 para cultivar soja, algodão e milho, com a maior parte do desmatamento entre 2001 e 2009.¹⁰⁵ Nos anos 2000, o Ibama investigou o Agronegócio Estrondo repetidamente devido ao desmatamento ilegal,¹⁰⁶ inclusive com alegações de que licenças de desmatamento cobrindo 49 mil hectares na propriedade tinham sido obtidas de forma fraudulenta.¹⁰⁷ Em abril de 2019, o Greenpeace Brasil documentou a colheita de soja cultivada ilegalmente em uma área que o Ibama havia embargado.¹⁰⁸

Reservas Legais (RLs) são áreas dentro de propriedades rurais que "devem ser conservadas com uma cobertura vegetal nativa pelo proprietário, posseiro ou ocupante da propriedade rural" conforme determina o Código Florestal Brasileiro (Lei 12.651/2012, artigo 17). O artigo 12 estipula que 20% das terras do Cerrado devem ser Reservas Legais. O artigo 17 também determina "a suspensão imediata das atividades em áreas de Reservas Legais desmatadas irregularmente após 22 de julho de 2008".¹⁰⁹

Em 14 de agosto de 2014, uma inspeção técnica do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (Inema) constatou que o proprietário da fazenda Estrondo, a empresa Delfin Rio S/A – Crédito Imobiliário havia fornecido "informações falsas ao declarar que sua área de Reserva Legal estava preservada e informando uma área de Reserva Legal de tamanho diferente daquele indicado no registro de propriedades" e que "a degradação ambiental efetiva de sua área de Reserva Legal após o uso daquela terra... impede sua regeneração natural". O Inema multou a empresa em 201 mil reais por essa infração em novembro de 2016.¹¹⁰

Apesar de seu conhecimento sobre a violação, em 12 de janeiro de 2015, o Inema concedeu à Delfin Rio S/A - Crédito Imobiliário uma licença

104. Reimberg M. (2009)

105. Mapeamento por Greenpeace, 05/2019, área considerada disponível em: <https://web.archive.org/web/20190207123755/http://agronegocioestrondo.com.br/geografia.html>

106. Comissão Pastoral da Terra (2019)

107. Uma investigação do Repórter Brasil teve acesso direto aos documentos do Ibama, mostrando que o então chefe da agência em Barreiras concedeu 69 licenças de supressão de vegetação para a fazenda Estrondo em um dia em 2002, dentre outras irregularidades administrativas. Em relação a esse caso, o indivíduo foi posteriormente acusado pela agência de "usar sua posição para obter ganhos pessoais" e foi destituído do cargo em 2008. Fonte: Reimberg M. (2009).

108. Site do Ibama "Consulta de autuações ambientais e embargos"

109. Observatório do Código Florestal (2017) p. 39. O artigo 12 especifica que, na Amazônia Legal, 80% das terras florestais, 35% das terras localizadas no Cerrado e 20% das pastagens devem ser reservadas como RL. No resto do país, 20% devem ser reservadas como RL. O texto completo está disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. O Código Florestal regula o uso de cerca de 281 milhões de hectares de vegetação nativa nas propriedades rurais brasileiras. Desse montante, 69% (193 milhões de hectares, representando uma produção de 87 bilhões de toneladas de CO₂) são legalmente protegidos do desmatamento em Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente (APPs). Fonte: Observatório do Código Florestal (2017) p. 16.

110. *Diário Oficial do Estado da Bahia* de 8 de março de 2017, p. 23. Cópia em posse do Greenpeace.

de supressão de vegetação para quase 25 mil hectares dentro da propriedade Estrondo.¹¹¹ A área licenciada para desmatamento abrange praticamente toda a vegetação natural remanescente dos planaltos dentro dos limites da propriedade.

Em setembro de 2018, em sua solicitação de renovação da licença de supressão de vegetação, a Delfin Rio S/A - Crédito Imobiliário declarou que as Áreas de Reserva Legal e Preservação Permanente dentro da propriedade estavam sob sua total "responsabilidade e propriedade", conforme os regulamentos exigem.¹¹² Mas essa afirmação parece falsa.

Uma análise de mapeamento do Greenpeace mostra que vastas áreas da Reserva Legal

reivindicada se enquadram nos 43 mil hectares de terra dentro da propriedade Estrondo que foram reconhecidos em uma decisão judicial de 3 de maio de 2017 – posteriormente confirmada pelo Tribunal de Justiça da Bahia – como terras em que as comunidades geraizeiras têm direitos tradicionais de uso e ocupação.¹¹³ Como tal, a Delfin não pode legitimamente usar essa área para mostrar conformidade com os requisitos da Reserva Legal do Código Florestal ou obter permissão para desmatar terras adicionais dentro da propriedade.

Apesar desses problemas conhecidos de gestão da terra, o Inema aprovou, em 22 de maio de 2019, uma renovação da licença original, permitindo que a terra seja desmatada nos próximos quatro anos.¹¹⁴

TRABALHO ESCRAVO

O Agronegócio Estrondo tem um histórico de violação de direitos das pessoas. Em 2005, uma vistoria do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil (MTE), Ministério Público do Trabalho (MPT) e Polícia Federal (PF) identificou o uso de trabalho análogo ao escravo em duas partes distintas da propriedade. Noventa e uma pessoas ligadas à produção de soja ou algodão foram libertadas.¹¹⁵

VIOLÊNCIA E INTIMIDAÇÃO CONTRA AS COMUNIDADES LOCAIS

Diversos incidentes de intimidação e violência contra as comunidades tradicionais locais, conhecidas como os geraizeiros do Alto Rio Preto – os povos tradicionais do Alto Rio Preto – foram documentados.

Em 28 de maio de 2019, uma equipe de investigação do Greenpeace Brasil e jornalistas que acompanhavam a atividade testemunharam uma invasão armada em uma dessas comunidades. Uma SUV Mitsubishi branca não identificada – cujo registro foi posteriormente confirmado por uma fonte confidencial como pertencente a um veículo da polícia do estado da Bahia – chegou à vila.

Quatro homens se aproximaram, alegando serem policiais do estado, vestindo coletes à prova de balas sem identificação e carregando armas

automáticas. Uma mulher da comunidade (cujo cunhado havia sido detido ilegalmente por agentes de segurança privada – empresa Estrela Guia – da Fazenda Estrondo dias antes¹¹⁶) saiu correndo junto com outras mulheres para se proteger em uma das casas. Um dos homens forçou a entrada depois de gritar para as mulheres: "Saíam com as mãos para cima. Aqui é a polícia". Ele fez uma busca na casa e ordenou às mulheres que levantassem suas camisetas "para verificar se estavam armadas". Outros membros da comunidade foram ameaçados conforme os homens tentavam entrar em suas residências, alegando que "estavam ali porque receberam uma queixa anônima e precisavam entrar para checar tudo."

A equipe do Greenpeace Brasil questionou a ação dos homens, alegando que nenhum mandado havia sido apresentado. Os homens armados continuaram pressionando os membros da comunidade: "Vamos entrar e sei que vocês ficarão chocados com o que encontrarmos, porque encontraremos coisas." O objetivo da ação permanece incerto, mas membros da comunidade disseram ao Greenpeace Brasil que temiam que o objetivo fosse plantar provas – como drogas ou armas – para incriminá-los. Esse tipo de operação sinaliza de forma clara um movimento de criminalização das populações tradicionais que reivindicam legitimamente seu direito de permanecer em paz no território que vivem desde sempre.¹¹⁷

Os membros da equipe do Greenpeace Brasil e da comunidade foram mantidos juntos sob a vigilância da guarda armada por cerca de duas horas. Os homens armados finalmente foram embora no final da tarde sem terem feito buscas em mais casas – talvez por causa da presença de jornalistas internacionais e da equipe de filmagem. As palavras finais foram uma ameaça: "Isso não acabou".

111. Portaria no. 9077, disponível em <http://sistema.seia.ba.gov.br/lai.xhtml>.

112. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 8 de março de 2017, p23. Cópia em posse do Greenpeace.

113. Veja Alvarenga M. F. (2017), Neto J. C. L. (2018) e Batista J. P. S. (2019), cópias em posse do Greenpeace. Para visualizar o histórico de processos, veja Associação de

Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais (2019)

114. Portaria no. 18.440, disponível em <http://sistema.seia.ba.gov.br/lai.xhtml>

115. Veja Reimberg M. (2009) e Comissão Pastoral da Terra (2005)

116. Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais (2019)

117. Comunicação pessoal com a equipe do Greenpeace Brasil



Diuvanice Alves das Chagas é a esposa de Jossone Lopes Leite, que foi baleado na perna em janeiro de 2019 enquanto tentava recuperar seu gado de currais em um posto de segurança na Fazenda Estrondo. Na terça-feira, 28 de maio de 2019, quando homens armados chegaram à vila, seu cunhado Jossine ainda estava sob custódia da polícia, tendo sido ilegalmente detido por agentes de segurança da empresa Estrela Guia na sexta-feira anterior.¹¹⁸ Vendo os homens armados, ela apressou as mulheres, incluindo a equipe do Greenpeace Brasil, para irem para dentro de sua casa por segurança. Quando um desses homens invadiu, Diuvanice desmaiou por causa do estresse. Funcionários do Greenpeace Brasil tiveram de acompanhá-la ao hospital.



ESTRELA GUIA: ARMAS DE ALUGUEL

A Estrela Guia é uma empresa privada fundada em 2006 que oferece segurança e escolta armada para os setores público e privado.¹¹⁹

De acordo com documentos da empresa, a Estrela Guia emprega cerca de 300 pessoas.¹²⁰ Dentre seus contratos com o setor público, destaca-se um de 2018 com a Prefeitura de Barreiras para a prestação de serviços de segurança no valor de 1,8 milhão de reais e que foi renovado em fevereiro de 2019.¹²¹

Declarações de representantes da Delfin em um processo judicial de 2014 indicam que a fazenda Estrondo fornece aos seus parceiros um serviço de gestão administrativa integrada, incluindo manutenção de estradas, segurança e postos de controle. A Estrela Guia, no seu papel de provedor de segurança, é mencionada várias vezes nos documentos judiciais.¹²² Assim, as empresas que operam dentro da propriedade, incluindo Cargill e Bunge, são beneficiárias de seus serviços e, portanto, partes interessadas em qualquer análise de suas ações.

Embora diversas reclamações oficiais tenham sido feitas por indivíduos das comunidades tradicionais sobre a intimidação e ações violentas perpetradas contra eles pela Estrela Guia,¹²³ os membros da comunidade dizem que suas queixas nunca foram verificadas.¹²⁴

A Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR) do estado da Bahia descreveu como essa força armada de segurança privada se envolveu em uma série de atos intimidatórios contra as comunidades dos geraizeiros com o apoio ilegal de policiais *[locais]*.¹²⁵ As injustiças identificadas incluem invadir casas, deter ou sequestrar ilegalmente membros da comunidade, plantar armas e acusar falsamente as pessoas de posse ilegal e/ou disparo de armas de fogo, confiscar gado da comunidade, restringir a circulação nas estradas e participar de várias operações de vigilância intrusivas.¹²⁶

Em abril de 2019, a Polícia Federal prorrogou a licença da Estrela Guia para operar por mais um ano.¹²⁷ Em junho de 2019 – meses após surgir o vídeo de um guarda uniformizado da Estrela Guia atirando em um membro da comunidade (veja 'Guerra pelo território: a vida resiste contra a expansão da soja'), a Polícia Federal concedeu à Estrela Guia autorização para adquirir mais seis rifles, seis espingardas, seis revólveres e mais de 600 projéteis.¹²⁸

118. Diálogo com integrantes do Greenpeace

119. Fonte: perfil público, disponível no site da Receita Federal, "Consulta Quadro de Sócios e Administradores – QSA".

120. Material publicitário da empresa - cópia em posse do Greenpeace

121. *Diário Oficial da União*, Edição 29, p. 208, 9 de fevereiro de 2018, e *Diário Oficial da União Barreiras* – Bahia, Edição 2874, p. 7, 18 de janeiro de 2019. Cópias em posse do Greenpeace

122. Movimentação do processo 0000430-97.2014.8.05.0081 de 23 de novembro de 2014. Cópia em posse do Greenpeace

123. Documentos em posse do Greenpeace

124. Comunicação pessoal com a equipe do Greenpeace Brasil

125. Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais (2019)

126. Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais (2019)

127. *Diário Oficial da União*, edição 82, p. 61, 30 de abril de 2019. Cópia em posse do Greenpeace

128. *Diário Oficial da União*, edição 110, p. 55, 10 de junho de 2019. Cópia em posse do Greenpeace

GUERRA PELO TERRITÓRIO: A VIDA RESISTE CONTRA A EXPANSÃO DA SOJA



©Reporter Brasil

Longe das câmeras, esses atos de violência e intimidação são, segundo consta, corriqueiros no cotidiano das comunidades locais, interferindo em sua capacidade de obter seus meios de subsistência tradicionais da terra de seus antepassados. Pessoas da comunidade contaram aos funcionários do Greenpeace Brasil como eles foram falsamente acusados de crimes como assalto a banco e posse de armas de fogo e que seu gado é regularmente roubado e confinado. Além disso, os equipamentos adquiridos e construídos pela comunidade usados para se conectar à internet foram reconhecidamente roubados, e caminhos atravessando suas terras foram criados e cercados.¹²⁹

Comprovando as denúncias da comunidade e outras descobertas,¹³⁰ as investigações do Greenpeace Brasil em 2019 documentaram cercas delimitando um perímetro de segurança, torres de vigia com guardas armados e trincheiras com cerca de 3 metros de profundidade impedindo a passagem livre sobre as terras comunitárias de uso tradicional, efetivamente isolando as comunidades e impedindo-as de exercer seus direitos de pastoreio.

Em 2017, uma ação coletiva foi protocolada pelas comunidades dos geraizeiros de Cachoeira, Cacimbinha/Arroz, Gatos, Aldeia/Mutamba e Marinheiro para reconhecimento do direito a 43 mil hectares de terras dentro da Fazenda Estrondo. No entanto, apesar de várias decisões judiciais a favor¹³¹ e da constatação do promotor público da Bahia de que as provas "apontam para irregularidades que claramente tornam o registro do [Estrondo] nulo e sem efeito",¹³² a propriedade continua a impedi-los de exercer seus direitos tradicionais de uso da terra, e a violência contra as comunidades continuou. O Agronegócio Condomínio Cachoeira do Estrondo afirmou em carta ao Greenpeace - em novembro de 2019 - que apenas 9.000 hectares foram reconhecidos pelo judiciário, apesar de decisão de instância superior reconhecer a legitimidade dos 43.000 hectares para as comunidades.

Em 31 de janeiro de 2019, de acordo com a AATR, membros da força de segurança da Estrela Guia atiraram em um geraizeiro na perna enquanto ele tentava recuperar o gado que havia sido confiscado pela fazenda.¹³³ Um vídeo filmado

129. Comunicação pessoal com a equipe do Greenpeace Brasil

130. Auto de infração no. 2018-004964/TEC/AIMU-0388, emitido em 28 de maio de 2018 pelo Inema. Cópia em posse do Greenpeace

131. Em 3 de maio de 2017, foi concedida uma ordem liminar de manutenção de posse coletiva em favor das comunidades geraizeiras (ver Alvarenga M. F. (2017), cópia em posse do Greenpeace). Essa decisão foi confirmada em 12 de fevereiro de 2019, em julgamento definitivo pela Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Bahia

(cópias em posse do Greenpeace). As empresas ainda pleitearam, em maio de 2019, a redução da área por meio de outro recurso, mas em 27 de novembro de 2019 ele foi julgado e arquivado definitivamente, sem alterar a decisão anterior; ver Neto J. C. L. (2018) e Batista J. P. S. (2019), cópias em posse do Greenpeace. Para ver o histórico dos casos jurídicos, consulte a Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais (2019) 132. Batista J. P. S. (2019) pp. 20–21. Cópia em posse do Greenpeace 133. Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais (2019)

15 de dezembro de 2017. Seguranças da Estrela Guia restringem a movimentação de comunidades gerazeiras com a instalação de cancelas.
© Fernando Martinho



por um membro da comunidade e repassado à Comissão Pastoral da Terra (CPT) documenta os acontecimentos. O vídeo mostra membros da comunidade montados a cavalo se aproximando do gado encurralado. Quando perguntado se iriam liberar o gado, um guarda diz que não, informando que essa era a ordem da fazenda. Tiros são disparados e um dos membros da comunidade grita: "Do jeito que você está apontando a arma para mim, você está tentando matar!"¹³⁴ O vídeo então mostra o momento em que ele é baleado.

Em 7 de abril de 2019, de acordo com a AATR, o presidente da comunidade de gerazeiros Cachoeira foi ilegalmente detido por membros armados da Estrela Guia enquanto procurava gado perdido. Alegando que tinham um mandado de prisão, os guardas o mantiveram em um dos postos de segurança da propriedade. Ele foi então transferido para a delegacia de polícia local e acusado de posse ilegal de uma espingarda. Na delegacia, o policial de serviço supostamente produziu uma espingarda como prova.¹³⁵ O líder da comunidade de gerazeiros foi libertado sob fiança cinco dias depois,

quando o juiz não encontrou nenhum "motivo decisivo para decretar a prisão preventiva".¹³⁶

Em um caso semelhante, a AATR informa que, em 24 de maio de 2019, os membros da Estrela Guia perseguiram e interceptaram o veículo de um gerazeiro da comunidade Cachoeira em uma via pública quando ele voltava para casa após localizar seu gado. Eles o detiveram sob a alegação de posse de uma espingarda, e a arma que ele supostamente estava carregando foi apresentada pelo policial de serviço quando ele foi transferido para a delegacia de polícia local.¹³⁷ A documentação da ordem de liberação mostra que o comunitário foi acusado de posse e disparo de arma de fogo.¹³⁸ Os membros da comunidade gerazeira disseram ao Greenpeace Brasil que os advogados de defesa do detido solicitaram perícia da arma, mas a delegacia de polícia local alegou que não tinha recursos para fazer isso.¹³⁹ Apesar de não terem sido apresentadas acusações formais, o detido foi libertado sob condições que incluíam não deixar o estado da Bahia e obedecer a um toque de recolher das 6 da tarde às 6 da manhã, minando sua capacidade de reunir seu gado.¹⁴⁰

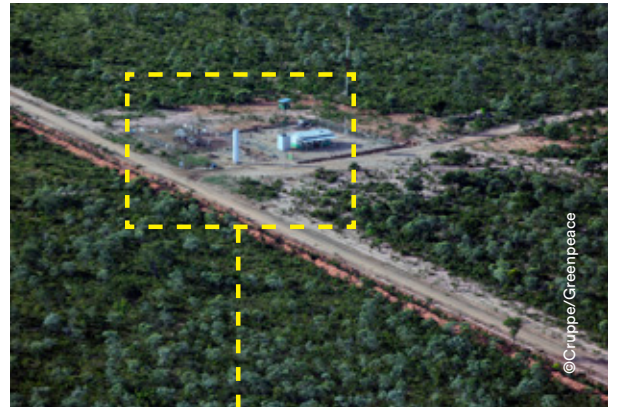
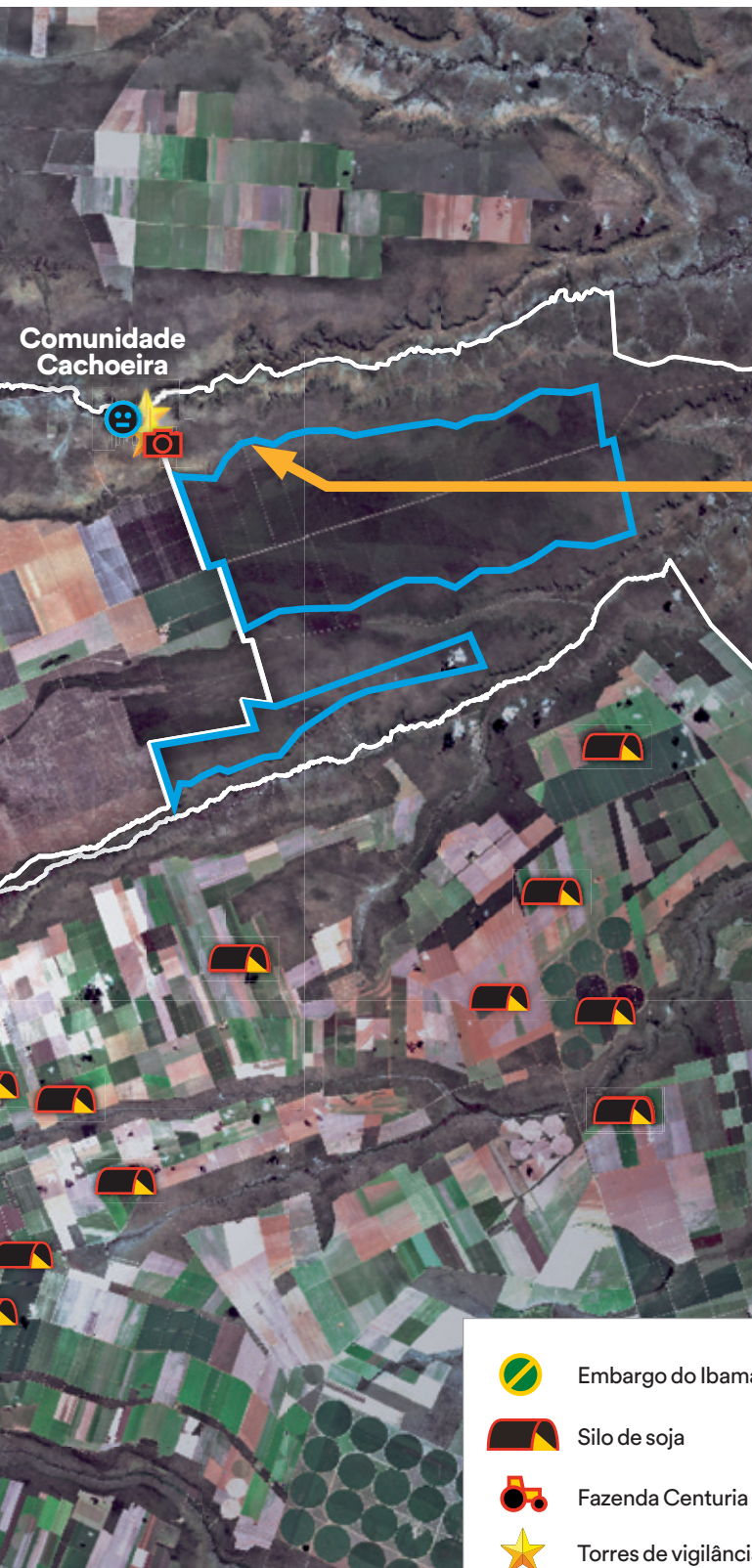
134. Milhorance F. (2019) e Silva U. (2019); assista <https://youtu.be/VTSPwujlqLO>
135. Neto J. (2019a). O mesmo artigo contém um relatório da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais que afirma que esse líder comunitário já tinha sido intimidado antes, na noite de 6 de junho de 2018, quando a Estrela Guia, com apoio ilegal da polícia local, invadiu sua casa e o deteve sob as mesmas acusações. O líder comunitário é um dos 11 gerazeiros que representam a comunidade na ação contra as três empresas que reivindicam a propriedade da terra dentro da propriedade do Estrondo.






136. Neto J. (2019b)
137. Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais (2019)
138. Ordem de libertação e termo de ajustamento conduta número 0000254-45.2019.805.0081
139. Comunicação pessoal; com a equipe do Greenpeace Brasil, 28 de maio de 2019
140. Ordem de libertação e termo de ajustamento conduta número 0000254-45.2019.805.0081

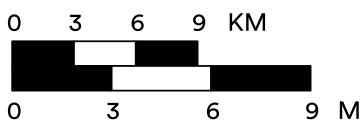
MAPA DO CONFLITO: OPERAÇÕES DA ESTRONDO, SILOS DE GRANDES COMERCIANTES DE SOJA E COMUNIDADES.



DESMATAMENTO: 2001-2009, 2010-2017



-  Embargo do Ibama
-  Silo de soja
-  Fazenda Centúria
-  Torres de vigilância
-  Permissão de desmatamento
-  Comunidades
-  Foto do Greenpeace



Fonte: limites da propriedade SICAR (Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural) 2017, dados de desmatamento (até 2017) <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/map/desmatamento?hl=pt-br>, silos CONAB junho de 2019, embargo o IBAMA. Abril de 2019, Sentinel 2 de 10 de maio de 2019. Mapeamento das Comunidades/Greenpeace, AATR, propriedade de Estrondo limites SICAR (Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural) 2017, reserva legal, CAR de Área de Proteção Permanente (APP), autorização de liberação INEMA

A GUERRA DE BOLSONARO CONTRA A AMAZÔNIA E O MEIO AMBIENTE

“Temos no Brasil uma das leis ambientais mais completas e rigorosas do mundo e entendemos que a produção sustentável é uma questão complexa, que depende do envolvimento e esforço de vários atores, como governos, indústria, agricultores, comunidades locais e sociedade civil. A Bunge participa ativamente desses esforços.”

Raúl Padilla, Presidente de Operações Globais, Bunge, carta ao Greenpeace Brasil, 24 de setembro de 2019

“O recente aumento do desmatamento é direta e indiretamente incentivado pelo atual governo federal brasileiro. O novo governo começou a enfraquecer as regulamentações ambientais, o cumprimento dessas regras e as instituições logo após tomar posse em janeiro de 2019.

...

Nos primeiros meses, o novo governo dissolveu os departamentos climáticos e florestais, transferiu os Serviços Florestais Brasileiros (anteriormente sob responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente) para o Ministério da Agricultura e procurou forçosamente transferir a demarcação de terras indígenas para o Ministério da Agricultura. Além disso, o presidente entrou em rota de colisão com o chefe do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Ricardo Galvão, no que se referia aos dados sobre desmatamento fornecidos pelo Inpe, resultando na demissão de Galvão.”¹⁴¹

Relatório de Avaliação Quinquenal da Declaração de Nova York sobre Florestas (2019)

A Amazônia é a maior e mais icônica floresta do mundo. Quinze anos atrás, a Amazônia brasileira atravessava período de enormes índices de desmatamento. Foi então que, em 2006, empresas comercializadoras de soja, organizações da sociedade civil lideradas pelo Greenpeace Brasil e o governo brasileiro concordaram em implementar a Moratória da Soja:¹⁴² um compromisso voluntário de não mais comprar soja de fazendas na Amazônia brasileira que tivessem praticado o desmatamento depois de julho de 2006 (revisado para julho de 2008, em 2014).¹⁴³ Após várias extensões temporárias, a moratória foi renovada por tempo indeterminado em 2016.¹⁴⁴

A Moratória da Soja tem sido amplamente bem-sucedida em limitar a soja como causadora direta do desmatamento na Amazônia brasileira. A taxa média anual de desmatamento nos municípios monitorados caiu para menos de um quinto do que era antes da implementação da moratória.¹⁴⁵ No entanto, a área plantada com soja na Amazônia brasileira aumentou em 3,5 milhões de hectares desde 2006, com novos plantios principalmente em terras anteriormente usadas como pastagem.¹⁴⁶ Não apenas a expansão da indústria da soja possivelmente deslocou criadores de gado para novas terras, muitas vezes florestadas, na Amazônia brasileira,¹⁴⁷ mas a indústria da soja continuou a se expandir em outras áreas ecologicamente importantes, incluindo o Cerrado.

Depois de vários anos de estabilidade, durante os quais as taxas de desmatamento estavam caindo (embora não com rapidez suficiente), a Amazônia está mais uma vez na linha de fogo. Durante a campanha eleitoral de 2018, o presidente do

141. Avaliação de Parceiros da DNYF (2019) p. 75

142. Adario P. (2016)

143. Greenpeace (2014)

144. Greenpeace (2014)

145. O desmatamento anual médio nos 95 municípios produtores de soja monitorados pela Moratória da Soja entre 2008/09 e 2017/18 foi 5,2 vezes menor do que entre

2001/02 e 2007/08. Fonte: Abiove & Agrosatélite (2018) p. 20. A produção de soja é diretamente responsável por menos de 2% do desmatamento no bioma Amazônia desde 2008. Fonte: Abiove & Agrosatélite (2018) p. 15 e Kastens J. H. et al (2017)

146. Abiove & Agrosatélite (2018) p. 18

147. Fearnside P. (2017) e Gollnowa F et al (2018)

148. Ver, por exemplo, Darby M. (2018) e A. F. P. & Climate Home News (2019)

Brasil, Jair Bolsonaro, prometeu diversas vezes enfraquecer as agências ambientais do governo e abrir áreas protegidas e terras indígenas para a agricultura e a mineração. Ele também ameaçou sair do Acordo de Paris se esforços internacionais fossem feitos para restringir a expansão agrícola na Amazônia brasileira.¹⁴⁸

Desde que assumiu o cargo, Bolsonaro concretizou muitas dessas ameaças. O Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, considera as mudanças climáticas uma questão "secundária"¹⁴⁹ e vem tentando desmantelar o Fundo Amazônia,¹⁵⁰ através do qual os governos podem fazer doações ao Brasil para ajudar a reduzir o desmatamento em sua parcela da floresta Amazônica.¹⁵¹ A Noruega – de longe o maior contribuinte – e a Alemanha suspenderam doações, após a dissolução do comitê gestor do fundo.¹⁵² Em abril, Bolsonaro dissolveu o Comitê Interministerial sobre Mudanças Climáticas e seu Grupo Executivo, em conjunto com a Comissão Nacional de REDD+, que atua como garantidora de recursos provenientes do Fundo Verde para o Clima concedido ao Brasil no ano passado. Como consequência, os fundos não foram investidos.¹⁵³ A responsabilidade pelo Serviço Florestal Brasileiro foi transferida do Ministério do Meio Ambiente para o Ministério da Agricultura.¹⁵⁴

A tentativa de Bolsonaro de transferir a responsabilidade pela demarcação de terras indígenas da Fundação Nacional do Índio (Funai) – que Bolsonaro chamou de "ninho de ratos"¹⁵⁵ – para o Ministério da Agricultura foi bloqueada pelo Congresso Nacional.¹⁵⁶ No entanto, o presidente da Funai é Marcelo Xavier da Silva, que tem um histórico de se opor à proteção dos povos indígenas.¹⁵⁷ Bolsonaro também está ameaçando permitir a mineração em uma área densamente florestada da Amazônia que é maior do que a da Dinamarca.¹⁵⁸ Autoridades do Ibama alertam que suas operações foram prejudicadas por redução de pessoal, interferência política e desregulamentação ambiental, e o orçamento da agência foi cortado em 25% desde janeiro.¹⁵⁹

As florestas brasileiras também foram atingidas. Em julho e agosto de 2019, os alertas oficiais sobre desmatamento da Amazônia brasileira – que já haviam aumentado no primeiro semestre de 2019, após a posse de Bolsonaro – aumentaram de forma alarmante em comparação com o ano anterior.¹⁶⁰ Bolsonaro descreveu os números relatados como "mentiras", atacando diretamente o mundialmente reconhecido Instituto Nacional

de Pesquisas Espaciais (Inpe) – encarregado dos sistemas de monitoramento de desmatamento e publicação de dados de desmatamento desde 1988 – e demitindo seu diretor em agosto.¹⁶¹ O novo diretor do Inpe – um oficial da aeronáutica, disse que não está convencido de que o aquecimento global seja um fenômeno causado por seres humanos.¹⁶²

Em novembro, entretanto, os dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes) confirmaram a tendência apontada: de agosto de 2018 a julho de 2019 o desmatamento da Amazônia atingiu 9.762 km², um aumento de 30% em relação ao período anterior.



© Isaac Nóbrega/PR

149. Phillips D. (2018)

150. Silva de Sousa M (2019) e Karagiannopoulos L. (2019)

151. Veja o site do Fundo Amazônia, "Home"

152. Karagiannopoulos L. (2019)

153. Decreto Presidencial n. 9759/19, disponível em <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/697347316/decreto-9759-19>

154. Moraes F. T. (2019)

155. Veja <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1148217392973123584?s=20> (8 de

julho de 2019)

156. Mendes K. (2019)

157. Phillips D. (2019b)

158. Fonseca P. (2019)

159. Spring J. & Eisenhammer S (2019)

160. Spring J. (2019)

161. Phillips D. (2019c)

162. Prazeres L. (2019)



RICARDO SALLES É O BRAÇO DIREITO DE BOLSONARO

*“A decisão em primeira instância [de que o remapeamento do plano de gestão ambiental do rio Tietê foi indevido] está sob apelação. Tenho certeza de que será revisada porque está errada. ... [S]em desenvolvimento econômico para todo o território, não há como cuidar do meio ambiente. Existem várias iniciativas em andamento, em termos de melhoria da infraestrutura, condições urbanas, atividades imobiliárias, e essas geralmente ocorrem com restrições ambientais que não têm base técnica – e que se baseiam na visão equivocada, preconceituosa e persecutória do setor privado em muitos casos, como no [caso do rio Tietê].”*¹⁶³

Ricardo Salles, agosto de 2019

Ricardo Aquino de Salles, atual Ministro do Meio Ambiente do Brasil, realizou uma campanha eleitoral anterior para o congresso nacional sob o lema "Vote 30-06 – Tolerância Zero".¹⁶⁴ A designação 30-06 é a munição utilizada em um conhecido rifle, e o pôster da campanha de Salles exibia munições na parte central com quatro exemplos de alvos contra os quais Salles sugeria que agricultores deveriam combater usando armas: os javalis, a esquerda política, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e bandidos rurais e ladrões de tratores, gado e equipamentos agrícolas.

A escolha de Bolsonaro por Salles para sua posição atual foi controversa, principalmente por causa de sua amplamente reconhecida posição antiambiental e pró-agronegócio.¹⁶⁵

Enquanto atuava como secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, em 2016, Salles foi acusado de má conduta administrativa – ordenando alterações nos mapas oficiais do plano de gestão ambiental de uma área protegida do rio Tietê "com a clara intenção de beneficiar setores econômicos, principalmente a mineração".¹⁶⁶ Salles foi condenado em 18 de dezembro de 2018: além de uma multa, ele seria privado de seus direitos políticos por três anos. Apenas duas semanas após essa condenação, Salles foi nomeado Ministro do Meio Ambiente para o governo de Bolsonaro.¹⁶⁷

Além dessa infração, Salles atualmente está sendo investigado por enriquecimento ilícito pelo Ministério Público Federal de São Paulo. Entre 2012 e 2018, período em que ele trabalhava em cargos no governo com salários médios mensais entre R\$ 16.868 e R\$ 18.413, seu patrimônio líquido aumentou de forma desproporcional aos seus ganhos, saltando de R\$ 1,4 milhão para R\$ 8,8 milhões.¹⁶⁸

Salles disse mais de uma vez que a mudança climática é uma "discussão acadêmica" e não é motivada por atividades humanas.¹⁶⁹ Além do mais, disse que o governo brasileiro não irá desempenhar um papel ativo nas negociações internacionais porque o país "já fez demais" pelo clima, "recebendo nada" em troca.¹⁷⁰ O Observatório do Clima (OC), uma rede de ONGs dedicadas a questões ambientais, descreveu a nomeação de Salles como uma tentativa de "subordinar o Ministério do Meio Ambiente ao Ministério da Agricultura"; segundo o OC, ao nomear alguém que "pensa e age da mesma maneira" que ele, Bolsonaro fez um movimento para remover o "obstáculo" da agenda ambiental.¹⁷¹

163. Schreiber M. & Fellet J. (2019)

164. Veja <https://www.en24.news/2019/08/brazil-environment-minister-ricardo-salles-cares-little-about-the-rainforest.html>

165. Branford S., Borges T. & Torres M. (2018)

166. Promotores de São Paulo citados em Dias T. e Lotfi R. (2019)

167. Dias T. & Lotfi R. (2019)

168. O Globo (2019)

169. Schuquel T. (2019) e CBN Brasil (2018)

170. Alencastro C. (2019) e Iglesias S., Lima M. S. & Douglas B. (2019)

171. Branford S., Borges T. & Torres M. (2018) e Observatório do Clima (2018)

DIANTE DA DESTRUIÇÃO, BRASIL QUEIMA SEU FILME NA COMUNIDADE INTERNACIONAL

“O período seco de 2019 foi mais úmido em média do que nos últimos três anos. Isso exclui a seca como a causa do drástico aumento no número de pontos críticos.”¹⁷²

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), setembro de 2019

Quase 2,5 milhões de hectares – incluindo áreas significativas de floresta e terras recentemente desmatadas – queimaram na Amazônia brasileira em agosto deste ano, segundo dados publicados pelo Inpe em 3 de setembro de 2019.¹⁷³ Comparado ao mesmo período de 2018, o número de incêndios no bioma da Amazônia brasileira aumentou 111% desde o início da presidência de Jair Bolsonaro.¹⁷⁴

De acordo com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), foi o desmatamento – e não a severidade da estação seca de 2019 – quem provocou uma proporção significativa dos incêndios deste ano e contribuiu para uma estação de queimada particularmente intensa.¹⁷⁵

No início de agosto de 2019, agricultores e pecuaristas da área da BR-163 (estrada que corta a Amazônia) anunciaram que estavam organizando um "Dia do Fogo" para o dia 10 de agosto de 2019; "apoiados pelas palavras do presidente Bolsonaro", eles coordenaram, segundo denúncias, a queimada de pastagens e áreas desmatadas.¹⁷⁶ O objetivo, segundo um dos líderes, era mostrar ao presidente que "queremos trabalhar e a única maneira de operar e limpar nossas pastagens é derrubar coisas e usar fogo".¹⁷⁷ Nesse Dia do Fogo, o número de pontos críticos aumentou 300% durante a noite no município de Novo Progresso e quase 750% no município de Altamira. No dia seguinte, houve um aumento exponencial para mais de 200 casos em cada área.¹⁷⁸

A maioria dos relatos da mídia vincula os incêndios na Amazônia à indústria pecuária – o principal fator de desmatamento na Amazônia brasileira.¹⁷⁹ No entanto, há também muita pressão dos produtores brasileiros de soja que estão se expandindo na Amazônia: a Aprosoja, uma associação de produtores de soja, chegou a pedir ao presidente Bolsonaro que acabe com a Moratória da Soja.¹⁸⁰ Ao mesmo tempo, o governador do estado do Pará, na Amazônia, afirma que cerca de 25 milhões de hectares podem ser abertos legalmente para a soja e a pecuária.¹⁸¹ As projeções oficiais brasileiras indicam uma clara tendência de expansão agrícola para o norte do país, principalmente nos estados amazônicos de Rondônia, Pará e Tocantins.¹⁸²

Enquanto a Moratória da Soja na Amazônia é creditada por conter o desmatamento direto da soja na Amazônia brasileira, uma abordagem voluntária e única não é suficiente por si só. A destruição da Amazônia continua, agora com o apoio aparente do governo, e a expansão desenfreada da produção de soja em outras áreas significa que a soja continua a impulsionar o desmatamento no Brasil e além dele.

A Amazônia não é o único ecossistema com número significativo de incêndios no Brasil. As savanas do Cerrado e do Pantanal, a maior área úmida tropical do mundo, também estão em chamas. Até 18 de setembro de 2019, 45.239 focos de incêndio já haviam sido registrados no Cerrado. Isso representa um aumento de 65% em relação ao número de pontos críticos registrados durante o mesmo período em 2018.¹⁸³

A solução não é abandonar a Moratória da Soja, como foi ameaçada por alguns. Em vez disso, de acordo com os compromissos da NYDF, tais iniciativas devem ser fortalecidas e estendidas para acabar com a destruição de florestas e ecossistemas críticos para todas as mercadorias – e devem ter endosso do governo.

172. Alencar A. et al (2019) p. 1

173. O número exato é 2.494.400 ha. Fonte: Programa Queimadas, Site do Inpe, "Área queimada km² por bioma em Agosto de 2019".

174. Entre 1º de janeiro e 31 de agosto, em comparação com o mesmo período de 2018, segundo dados do Inpe (fonte: Programa Queimadas, site do Inpe, "Banco de dados de queimadas").

175. Alencar A. et al (2019)

176. Piran A. (2019)

177. Piran A. (2019)

178. Maisonnave F. (2019)

179. Segundo os últimos dados oficiais, mais de 65% da área desmatada na Amazônia brasileira é ocupada por pastagens. Fonte: Inpe e Embrapa (2016). Veja também MapBiomas Project v3.1 "Annual land use land cover maps of Brazil"

180. Aprosoja (2019) e Walendorff R. (2019)

181. Poder360 (2019), a partir do minuto 85

182. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil (2019) p. 375

183. Programa Queimadas, site do Inpe, "Banco de dados de queimadas"

O CONSUMO EXCESSIVO DE CARNE E LATICÍNIOS NA UE

Juntamente com a China, que segundo a Trase foi o destino de dois terços das exportações brasileiras de soja em 2017,¹⁸⁴ os mercados ocidentais desempenham um papel importante no aumento da demanda. A Europa é o segundo maior importador de soja do mundo, importando cerca de 33 milhões de toneladas de produtos de soja por ano.¹⁸⁵ O Brasil é o segundo maior fornecedor de soja para a União Europeia - UE (ficando atrás apenas dos Estados Unidos (EUA), tendo sido responsável por 36% das importações em 2018,¹⁸⁶ e mais de um quarto da soja exportada dos municípios, por meio dos quais a soja da fazenda Estrondo é comercializada, vai parar em países da UE.¹⁸⁷

A alta demanda por soja na Europa se deve ao apetite da região por carne e laticínios: estima-se que 87% da soja importada para a UE seja usada para ração animal¹⁸⁸ e que um europeu ocidental consome, em média, 85 quilos de carne e 260 quilos de laticínios todos os anos – mais que o dobro da média global.¹⁸⁹

O consumo e o investimento europeus continuam a impulsionar a destruição das florestas e os abusos aos direitos humanos em todo o mundo. Há muito tempo que a UE reconhece a importância do seu consumo de mercadorias ligadas ao desmatamento. De fato, uma análise conduzida pela própria UE descobriu que as importações de soja têm sido o principal contribuinte da região para o desmatamento global e emissões relacionadas, e que, historicamente, 47% do desmatamento incorporado em todas as importações da UE vêm somente da soja.¹⁹⁰

Parte do problema são as políticas agrícolas e comerciais e de investimento da UE, bem como a ausência de leis para garantir que as cadeias de suprimentos e as atividades financeiras da UE não contribuam para o desmatamento.

Em dezembro de 2015, cinco estados-membros da UE assinaram a Declaração de Amsterdã, comprometendo-se com o consumo de "produtos

184. Trase (2018b) p. 35

185. A UE importou 33,3 milhões de toneladas de produtos de soja (grãos de soja, bolo de soja, óleo de soja, pasta de soja e molho de soja) em 2016. As importações foram, predominantemente, de grãos de soja (14,5 milhões de toneladas) e torta de soja (18,6 milhões de toneladas). Fonte: Site do Faostat, "Crops and livestock products"

186. Comissão Europeia (2019b)

187. Comex Stat

188. Veja Kroes H. & Kuepper B. (2015) pp. 9–11. A tabela 17 deste relatório detalha o consumo de soja na UE incorporado em diferentes setores na safra de 2013/2014. O cálculo aqui usa equivalentes de soja. A "ração animal" inclui soja consumida para

a produção de gado e carne, ovos e ovoprodutos, laticínios e criação de peixes, totalizando 23,28 milhões de toneladas. Isso representa 87% do total de 26,64 milhões de toneladas de equivalentes de soja

189. Greenpeace (2018) p. 14

190. Comissão Europeia (2013) pp. 23–24. Entre 1990 e 2008, a UE importou produtos agropecuários, incorporando 9 milhões de hectares de desmatamento. Os produtos agrícolas responderam por 7,4 milhões de ha (82%), sendo que as oleaginosas tiveram a maior participação (5,2 milhões de hectares). Grãos de soja e torta de soja representaram 82% desse volume (4,26 milhões de hectares), o equivalente a 47% da importação total da UE do desmatamento incorporado

sustentáveis e livres de desmatamento, prometendo apoiar a aprendizagem proveniente de iniciativas nacionais para o comércio de *commodities* sustentáveis e promover a coordenação de políticas e a sinergia entre a cadeia de fornecimento e as iniciativas em nível de paisagem nos países produtores".¹⁹¹ Segundo a análise da Trase, por meio de suas importações de soja na última década, os signatários da Declaração de Amsterdã foram expostos a um risco relativo de desmatamento semelhante ou superior por tonelada de soja ao de países como a China; além disso, essa exposição ao risco não diminuiu após a declaração entrar em vigor em 2015.¹⁹²

Em julho de 2019, a Comissão da UE publicou a sua tão esperada comunicação sobre o desmatamento, "Intensificação das ações da UE para proteger e restaurar as florestas do mundo",¹⁹³ que reconhece a necessidade de adotar medidas que cortem a ligação entre o desmatamento e o consumo europeu.

Além da política, porém, há toda a parte de regulamentação. A Comissão ainda não traduziu essa intenção em legislação vinculante que exija que as empresas que colocam no mercado da UE quaisquer mercadorias ou produtos demonstrem que esses produtos não contribuíram para impactos ambientais e sociais. Tais impactos incluem desmatamento, degradação florestal, conversão ou degradação de outros ecossistemas naturais e violações dos direitos humanos. Além disso, para promover uma redução substancial da produção e do consumo da UE de *commodities* com risco florestal – utilizados, por exemplo, na produção de carne e laticínios ou biocombustíveis – é essencial haver uma reforma radical da Política Agrícola Comum.

O mais preocupante é que, em vez de cumprir seus compromissos anteriores de acabar com o desmatamento, a UE concluiu recentemente a negociação de um acordo comercial com o Mercado Comum do Sul (Mercosul)¹⁹⁴ que pode acelerar ainda mais o desmatamento na América do Sul. O acordo comercial visa maximizar o acesso das partes aos seus mercados e aumentar as exportações, oferecendo ao Brasil, Argentina,

Uruguai e Paraguai novas oportunidades para comercializar *commodities* de alto risco, incluindo carne bovina, carne de frango e soja. Ao mesmo tempo, as regulamentações francesas removeram o financiamento público do biocombustível que contém óleo de palma como matéria-prima a partir do final de 2019;¹⁹⁵ isso poderia aumentar a demanda por óleos vegetais de outras fontes, como a soja.



O aumento do uso da soja para ração animal está fortemente associado ao crescimento da pecuária industrial. De fato, o sistema de produção industrial de carne e laticínios depende da disponibilidade de grandes volumes de ração animal com alto teor de proteína. As principais tendências no setor pecuário europeu são o crescimento da produção de laticínios, suínos e aves e uma concentração cada vez maior dessa produção em menos fazendas que são maiores e têm capacidade produtiva mais intensiva – com um crescimento correspondente na demanda por rações concentradas, principalmente de soja e cereais, e impactos associados ao bem-estar animal e uso de antibióticos.¹⁹⁶

191. Os cinco signatários originais foram Dinamarca, França, Alemanha, Holanda e Reino Unido. Em seguida, vieram a Noruega em 2016 e a Itália em 2017. Fonte: Site da Parceria da Declaração de Amsterdã, "About".

192. Trase (2018b)

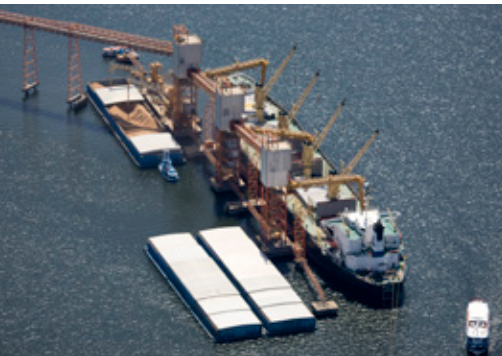
193. Comissão Europeia (2019a)

194. Site da Comissão Europeia, "Mercosul"

195. O regulamento francês no. 2019-570 entra em vigor em 1º de janeiro de

2020. Em 31 de dezembro de 2019, os operadores econômicos não poderão mais incluir biocombustíveis à base de óleo de palma em seus balanços de massa e biocombustíveis como o éster metílico do óleo de palma (biodiesel) e o óleo vegetal hidrogenado a partir do óleo de palma (HVO), pois eles não serão elegíveis para financiamento público. Fonte: Ufop (2019)

196. Greenpeace (2019)



COMÉRCIO MORTAL: COMO A SOJA DA ESTRONDO CHEGA AOS MERCADOS GLOBAIS

A fazenda Agronegócio Estrondo está localizada no município de Formosa do Rio Preto, no oeste da Bahia. A soja da propriedade também é comercializada no município de Luís Eduardo Magalhães, que é um importante centro logístico na área com instalações de esmagamento de soja para produção de farelo de soja – dados da Trase mostram que, em 2017, 80% da soja exportada internacionalmente de Formosa do Rio Preto foi comercializada através de Luís Eduardo Magalhães.¹⁹⁷ Segundo a Trase, os dois estão entre os 15 municípios mais expostos ao risco de desmatamento dentro do Matopiba.¹⁹⁸

Grandes comercializadores do grão, como ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus – além da joint venture Amaggi Louis Dreyfus Zen-Noh – têm silos nesses municípios, por onde exportam a soja para o mercado global. Apesar de não possuir silos nesses municípios, a Cofco International também exporta a partir dessa área.¹⁹⁹ Marcas internacionais, como as redes de fast food Burger King, KFC and McDonald's, assim como um grande número de fabricantes e comerciantes de bens de consumo são abastecidas por uma ou mais dessas companhias, direta ou indiretamente, com soja, carne ou derivados de leite, de animais alimentados com soja.²⁰⁰

Dados da Trase mostram que as exportações

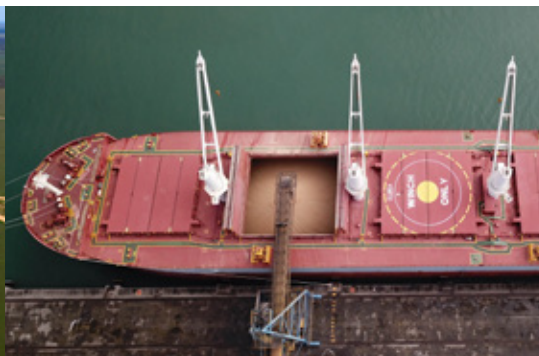
desses municípios quase dobraram em três anos (2016, 2017 e 2018), indo de 1,6 milhão, para 3 milhões de toneladas. A tabela da Trase abaixo, baseada no Comex, mostra os destinos da soja desses dois municípios.²⁰¹

Notavelmente, cinco desses países importadores – França, Alemanha, Holanda, Itália e Reino Unido – são signatários da Declaração de Amsterdã.²⁰² Nos anos que se seguiram à assinatura da declaração, esses países importaram coletivamente mais de 2 milhões de toneladas de soja dos dois municípios por meio dos quais os produtos da Fazenda Estrondo são comercializados. Juntos, eles foram responsáveis por mais de 25% das exportações de soja desses municípios de 2016 até agosto de 2019.²⁰³

A Bunge e a Cargill comercializam soja diretamente da fazenda Estrondo. Dados comerciais mostram que 29.300 toneladas de soja provenientes da Fazenda Estrondo – vindas, especificamente, dos 40 mil hectares da fazenda Centúria, pertencente ao Grupo Horita²⁰⁴ – foram previamente negociadas com a Bunge, para serem entregues entre 1º de abril e 30 de maio de 2018 por um total de 30,7 milhões de reais (8 milhões de dólares).²⁰⁵ Quinze mil toneladas de soja previamente negociadas provenientes da mesma fazenda seriam entregues à Cargill até 30 de maio de 2019, totalizando 18,7 milhões de reais (4,7 milhões de dólares).²⁰⁶

197. Plataforma Trase: "Bulk downloads, Brazil – Soy (All Years)" <https://trase.earth/data>
198. Formosa do Rio Preto, São Desidério, Riachão das Neves, Ribeiro Gonçalves, Mateiros, Santa Filomena, Balsas, Jaborandi, Gilbues, Peixe, Correntina, Currais, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e Alto Parnaíba. Fonte: Trase & Forest 500 (2019)
199. Fonte: Conab (<https://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultaArmazem.do?method=acaoCarregarConsulta>), Panjiva (<https://panjiva.com/data/brazil-trade-data>) e Trase (<https://trase.earth/data>)
200. Informação obtida pelo Greenpeace. Veja também eg Neslen A. (2017), Mano

A. (2019), Cargill (2016), Zhang M. (2017), Wasley A. & Heal A. (2019) and Panjiva (<https://panjiva.com/data/brazil-trade-data>)
201. Comex Stat
202. Site da Parceria da Declaração de Amsterdã, "About"
203. Comex Stat
204. Veja <http://www.horita.com.br/pag.contatos.html>
205. Cópias em posse do Greenpeace
206. Cópias em posse do Greenpeace



Porto da Cargill, em Santarém, no Pará. © Greenpeace / Daniel Beltrá

Silos da Bunge em Formosa do Rio Preto, Bahia. © Victor Moriyama / Greenpeace

Centro de Processamento e Distribuição de Soja em Luís Eduardo Magalhães, Bahia. © Victor Moriyama / Greenpeace

Sistema de pivô central de irrigação em plantação de soja no Cerrado. © Marizilda Cruppe / Greenpeace

Junho de 2019, Salvador, Brasil. O navio Elliree recebe 50 mil toneladas de soja com destino à Europa. © Greenpeace

Ação do Greenpeace em porto da Cargill na Amazônia, em 2006. © Greenpeace / Daniel Beltrá



Exportação de soja de 2017 a partir Formosa do Rio Preto

Fonte: Trase

A Bunge e a Cargill exportam diretamente da Estrondo para a Europa, como mostram os dados comerciais do Panjiva (plataforma de dados comerciais sobre importação/exportação). O silo da Bunge na Estrondo, por exemplo, foi o ponto de partida da farinha de soja embarcada no navio Hiroshima Star, que chegou ao porto de Brake, na Alemanha, em 4 de agosto de 2019. A Cargill enviou farelo de soja da fazenda Centúria da Horita, no carregamento do Royal Maybach, para Cefetra BV, nos Países Baixos, em 15 de fevereiro de 2017.

As duas empresas também exportam soja da Estrondo para o leste da Ásia, segundo o Panjiva. A Bunge foi a responsável pelo carregamento de soja da fazenda Centúria da Horita, que partiu em 2 de fevereiro de 2018 no navio Scythia Graeca, para entregar para Cargill International Group em Pyeongtaek, Coreia do Sul.



4 de agosto de 2019, Alemanha: Ativistas do Greenpeace bloqueiam o navio Hiroshima Star em sua chegada ao porto de Brake, na Alemanha. Dados da Panjiva revelaram que o silo da Bunge localizado dentro da propriedade da Estrondo foi listado em documentos de exportação como sendo o exportador da soja a bordo do navio.

EXPORTADOR	DESTINO	VOLUME (TONELADAS)
Amaggi LD Commodities (agora ALZ)	China	251.530
	Japão	9.195
	Holanda	9.999
	Portugal	2.854
	Espanha	5.499
	Vietnã	23.058
	TOTAL	302.135
Bunge	China	46.836
	França	76.396
	Alemanha	179.125
	Japão	4.872
	Holanda	15.565
	Romênia	6.062
	Coreia do Sul	6.440
	Espanha	7.145
	Reino Unido	484
	TOTAL	342.927
Cargill	China	66.504
	Japão	4.000
	Paquistão	5.000
	TOTAL	75.504
Horita**	China	7.648
	França	5.960
	Índia	927
	Itália	8.100
	Holanda	9.349
	Coreia do Sul	6.903
	Espanha	9.740
	Tailândia	3.378
	Reino Unido	6.619
	TOTAL	58.624
Total exportado		779.190
	Consumo doméstico	445.900
Total		1.225.090

* Inclui exportações via Luís Eduardo Magalhães

** Dados da Trase indicam que a produção da Horita é importada pela Cargill

O LEGADO DE DESTRUIÇÃO DO COMÉRCIO DE *COMMODITIES*

Estamos vivendo uma emergência climática e ecológica. Em agosto de 2019, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) emitiu um alerta ainda mais claro sobre a ligação entre o sistema de produção de alimentos e o aumento da temperatura global.²⁰⁷ O relatório do IPCC sobre Mudanças Climáticas e Uso da Terra recomenda mudanças imediatas e abrangentes no sistema de produção de alimentos – tanto no que diz respeito ao que comemos quanto à forma de produção – para acabar com o desmatamento, iniciar restauração florestal e enfrentar o colapso do clima.

O IPCC também reconhece que garantir os direitos à terra dos povos indígenas e das comunidades locais é essencial para solucionar a crise climática. No entanto, temos testemunhado uma escalada da violência contra os defensores ambientais, da terra e dos direitos humanos, incluindo intimidação e assassinato de membros de comunidades tradicionais e comunidades indígenas. De acordo com a Global Witness, uma ONG que investiga corrupção e conflitos relacionados à extração de recursos naturais, 40 pessoas foram mortas em todo o mundo em 2017 enquanto protestavam contra a agricultura industrial de larga escala, tornando-a a indústria mais perigosa para se opor naquele ano.²⁰⁸ Outras 21 mortes relacionadas à resistência ao agronegócio foram registradas em 2018.²⁰⁹ O Brasil é um lugar bastante perigoso para quem luta pela defesa da vida, do meio ambiente e contra a violência decorrente da disputa de terras: entre 2012 e 2017, houve uma média de 42 assassinatos por ano.²¹⁰ Muitas das vítimas

vinham se opondo a projetos agropecuários de larga escala.

Na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2010, em Cancún, membros do Fórum de Bens de Consumo (CGF) prometeram eliminar o desmatamento até 2020 por meio da "compra responsável" de *commodities* de alto risco – óleo de palma, papel e celulose, soja e gado.²¹¹ Esses compromissos de eliminar o desmatamento causado por *commodities* até 2020 foram reforçados pela Declaração de Nova York sobre Florestas em 2014, "uma parceria entre governos, empresas multinacionais, sociedade civil e povos indígenas",²¹² e a Declaração de Amsterdã de 2015 para a "eliminação do desmatamento proveniente da cadeias de *commodities* agrícolas para os países europeus" – cujos signatários incluem Dinamarca, França, Alemanha, Itália, Países Baixos, Noruega e Reino Unido.²¹³

No entanto, com esse prazo se aproximando rapidamente, fica claro que esses compromissos não foram cumpridos. Uma análise publicada em setembro de 2019, na Declaração de Nova York sobre Florestas - Avaliação de Parceiros, constatou uma falha total na execução dos objetivos de "não desmatamento": a análise afirma que "há poucas evidências de que os objetivos estejam no caminho certo e que é provável que não seja possível alcançar as metas da DNYF para 2020". Faz-se necessária uma ação corretiva enérgica e imediata. Os esforços realizados até o momento têm sido inadequados e insuficientes para alcançar mudanças sistêmicas. O setor

207. IPCC (2019)

208. Global Witness (2018) p. 1. Também houve 40 mortes ligadas à oposição às operações de mineração e petróleo em 2017; veja Global Witness (2018) p. 13.

209. Global Witness (2019) p. 8

210. Global Witness (2018) p. 21

211. Fórum de Bens de Consumo (2010)

212. Site da Declaração de Nova York sobre Florestas "Home"

213. Site da Parceria da Declaração de Amsterdã, "About"

26 de abril de 2019, Brasília. O Acampamento Terra Livre (ATL) é o maior e principal encontro anual de lideranças indígenas vindas das cinco regiões brasileiras. Neste ano, mais de 4 mil indígenas se reuniram para exigir seus direitos constitucionais, como demarcação de suas terras, acesso à saúde, educação e mais participação social dos povos indígenas. ©Braga/MNI



privado não está no caminho certo para eliminar o desmatamento da produção agrícola.²¹⁴

Em junho de 2019, um relatório do Greenpeace intitulado *Countdown to Extinction* expôs o impacto do fracasso do setor privado em alcançar esse objetivo: até o próximo ano, pelo menos 50 milhões de hectares de floresta – uma área do tamanho da Espanha²¹⁵ – terão sido destruídos para a produção de *commodities*. Toda essa destruição nesses últimos 10 anos desde que os membros do CGF se comprometeram a acabar com o desmatamento.²¹⁶ A situação só vai piorar se a demanda global por *commodities* de alto risco, especialmente carne e laticínios, crescer de acordo com as previsões oficiais.

Como o setor que comercializa *commodities* mostrou-se pouco disposto a se remodelar a tempo de conter a escalada da violência e evitar o colapso climático e ecológico, as empresas que usam *commodities* de alto risco precisam agir por conta própria, reduzindo seu consumo para um patamar no qual elas possam demonstrar ser proveniente de grupos de produtores e comerciantes que cumprem com os padrões estabelecidos no binômio "sem desmatamento, sem exploração".

Em alguns setores, a essa altura, limpar as cadeias de fornecimento não será suficiente. A transformação que deve ser feita na agricultura – a principal causa de desmatamento²¹⁷ responsável por cerca de 60% das emissões de gases de efeito estufa relacionadas a alimentos²¹⁸ – vai além da simples eliminação do desmatamento ligado à produção de gado e *commodities*, como a soja usada na alimentação animal. As empresas de alimentos devem substituir, até 2030, a carne e os laticínios em seus produtos por alimentos de origem vegetal, a preço acessível ao consumidor e com incentivo à produção de base agroecológica.

O atual sistema global de produção de alimentos e agricultura está quebrado. As empresas que não podem ou não querem mudar de forma radical seu modelo de negócios para evitar a catástrofe do clima e da biodiversidade e apoiar os direitos humanos precisam começar a sair de cena.

*"Enquanto centenas de empresas se comprometeram a acabar com o desmatamento impulsionado por commodities até 2020, pesquisas recentes indicam que poucas estão no caminho certo para alcançar esse objetivo. Diversos investidores institucionais globais já expuseram suas expectativas em relação às empresas e a eliminação do desmatamento de suas operações e cadeias de suprimentos. Por isso, apelamos aos líderes empresariais para reverter as preocupantes tendências de desmatamento que temos testemunhado."*²¹⁹

Declaração de investidores da Ceres sobre desmatamento e incêndios florestais na Amazônia, de 18 de setembro de 2019

*"As pessoas estão sofrendo, as pessoas estão morrendo, ecossistemas inteiros estão entrando em colapso. Estamos no início de uma extinção em massa e tudo o que vocês falam diz respeito a dinheiro e contos de fadas sobre eterno crescimento econômico."*²²⁰

Greta Thunberg, Cúpula de Ação Climática da ONU, 24 de setembro de 2019

*"O público está fornecendo mais de 1 milhão de dólares por minuto em subsídios agrícolas globais, muitos dos quais estão impulsionando a crise climática e a destruição da vida selvagem".*²²¹

Damian Carrington, The Guardian, 16 de setembro de 2019

214. Avaliação de Parceiros da DNYF (2019) pp. 13–14

215. 50,5 milhões de hectares. Fonte: Site da CIA "The World Factbook".

216. Greenpeace (2019) p. 15; veja também Consumer Goods Forum (2010)

217. Kissinger G., Herold M. & De Sy V. (2012) p. 11

218. IPCC (2014) p. 824. O total de emissões agrícolas diretas é de ~5,8 GtCO₂e/ano. Dentre elas, os produtos de origem animal (todas as emissões de animais) são responsáveis por:

– 2,1 GtCO₂e/ano da fermentação entérica de animais

– 0,99 GtCO₂e/ano de estrume

– 0,34 GtCO₂e/ano de emissões de fertilizantes (de 0,68 total; pelo menos 50% são diretamente para ração)

O total de emissões diretas do gado (industrial ou não), portanto, é de 3,43 GtCO₂e/ano, o que representa 59% do total de emissões agrícolas diretas

219. Ceres (2019)

220. Thunberg G. (2019)

221. Carrington D. (2019)

HORA DE AGIR

AS EMPRESAS E OS GOVERNOS DEVEM:

CLIMATE



LESS MEAT
=
LESS HEAT
CLIMATE
ACTION NOW!



ENCERRAR O CONFLITO DA ESTRONDO COM AS COMUNIDADES

- **PROTEGER AS PESSOAS:** promover o reconhecimento oficial das terras das comunidades geraizeiras e garantir a segurança dessas comunidades tradicionais, garantindo o fim da violência. A infraestrutura contruída pela Estrondo deve ser removida, para que os moradores possam exercer livremente seu direito ao uso da terra tradicionalmente ocupada por seus ancestrais, sem serem obrigados a conviver com a degradação das suas terras.
- **SEM DESMATAMENTO:** garantir que qualquer plano de futuros desmatamentos de vegetação nativa na fazenda seja imediatamente e permanentemente abandonado.
- **PARE DE COMPRAR DESTRUIÇÃO:** suspendam todas as compras vinculadas (direta e indiretamente) à Estrondo até que os critérios acima sejam alcançados e um plano consistente para lidar com as violações, abusos e ilegalidades do passado entre em vigor.

ACABAR COM A VIOLÊNCIA E DESTRUIÇÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA

- **DESMATAMENTO ZERO:** Encerrar relações comerciais com empresas ligadas à destruição de vegetação nativa e que não respeitem os direitos humanos, incluindo os direitos indígenas ao território e à Consulta Livre, Prévia e Informada.
- Tornar as cadeias de suprimentos totalmente transparentes, incluindo a divulgação completa dos fornecedores.
- Empresas que usam *commodities* com risco de desmatamento devem limitar-se a comercializar apenas o que puderem demonstrar publicamente como não proveniente de destruição ambiental e de violência ou abuso dos direitos humanos. Se os fornecedores não estiverem dispostos a fazer o que é necessário para consertar o comércio global de *commodities*, as empresas devem evitar essas *commodities* inteiramente. É preciso, ainda estabelecer um plano claro, transparente e factível para endereçar as questões acima.



CRIME!

Para ajudar a limitar o aquecimento global a menos de 1,5° C e proteger a população mundial e os sistemas naturais dos quais dependemos, as empresas e governos precisam mudar o sistema:

REVERTER A EMERGÊNCIA CLIMÁTICA E DA BIODIVERSIDADE

- **SEGURAR A LINHA DA EXPANSÃO:** nenhuma terra a mais para a agricultura industrial.
- **REDUZIR A DEMANDA:** substituir carne e laticínios por alimentos saudáveis à base de vegetais.
- **FINANCIAR A CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO:** conservar e restaurar florestas na mesma proporção dos impactos ecológicos decorrentes da produção de *commodities*.
- **TRANSIÇÃO JUSTA:** reformar a comercialização global de *commodities*, com uma transição para a agropecuária ecológica além de amplo apoio para as comunidades afetadas.

ANEXO 1

CONHEÇA OS MEGA-COMERCIALIZADORES DE COMMODITIES

Um punhado de megaempresas dominam o comércio internacional de *commodities* agrícolas, incluindo a soja, e são, provavelmente, as empresas mais poderosas das quais a maioria das pessoas nunca sequer ouviu falar. As marcas que compramos nos supermercados e as refeições prontas que consumimos dependem de produtos fornecidos direta ou indiretamente por essas megacompanhias. É por meio deles que as *commodities*, como a soja – muitas vezes produzida em detrimento do meio ambiente e das comunidades locais – chegam aos mercados consumidores em nossos pães, margarinas e biscoitos, ou por meio da ração usada para produzir nossa carne e laticínios.

Ao lado da Amaggi do Brasil, cinco megaempresas internacionais e uma *joint venture* formada por vários comerciantes controlam a maior parte do comércio de soja do Cerrado para o mercado global: ADM, Bunge, Cargill, Cofco International e Louis Dreyfus. Seu poder coletivo no mercado global de *commodities* agrícolas tornam-os decisivos para definir as condições em que essas *commodities* são produzidas.



A Amaggi é uma das maiores empresas de exportação de *commodities* do Brasil. A empresa possui quatro grandes divisões de negócios – Amaggi Agro, Amaggi Commodities, Amaggi Logística e Operações e Amaggi Energia – que operam na produção agrícola de soja, milho e algodão, comércio de grãos e insumos agrícolas, logística em larga escala para estabelecimentos domésticos e internacionais, bem como geração e venda de eletricidade.²²²

Em 2009, a empresa comprou 51% da norueguesa Denofa, uma fábrica de processamento de soja na Noruega com capacidade de moagem de 430 mil toneladas por ano.²²³ Em 2013, a Amaggi concluiu a aquisição da empresa.²²⁴



A *joint venture* (JV) Amaggi Louis Dreyfus Zen-Noh é a segunda maior exportadora de soja de Formosa do Rio Preto.²²⁵ Juntamente com a Glencore, a JV também tem uma participação no terminal de grãos Tegram no porto de Itaquí, no Maranhão, no norte do Brasil – um local estratégico para o transporte de *commodities* agrícolas para a Ásia a partir da área da fronteira agrícola do nordeste no Matopiba.²²⁶

222. Site da Amaggi, 'Business areas'
223. Reuters (2009)
224. Amaggi (2013)

225. Site da Trase "Profiles: Formosa do Rio Preto"
226. Teixeira M. & Bonato G. (2017)



A gigante norte-americana Archer Daniels Midland (ADM) foi fundada em 1902 e hoje tem uma receita de mais de 64 bilhões de dólares.²²⁷ Em 2016, ela passou a controlar uma fatia de 7,86% do mercado brasileiro de soja, exportando 5,18 milhões de toneladas.²²⁸



Fundada na Holanda em 1818 e agora com sede em Nova York, a Bunge foi, por muitos anos, a maior comercializadora de soja do Brasil. A empresa gera uma receita total de 45 bilhões de dólares²²⁹ e, em 2016, detinha 16,7% do mercado brasileiro de soja, exportando 11 milhões de toneladas.²³⁰



Fundada em 1865, a Cargill é a maior empresa de capital fechado dos EUA e uma gigante do comércio agrícola. Declarou receita de 114 bilhões de dólares em 2018²³¹ – o equivalente ao PIB do Uruguai, Bolívia e Nicarágua juntos.²³² A Cargill opera no Brasil desde 1965 e suas exportações de soja totalizaram 8,91 milhões de toneladas em 2016, dando-lhe uma participação de mercado 13,5%.²³³



A maior da nova leva de casas comerciais asiáticas, a Cofco Internacional – o braço agrícola estrangeiro da estatal chinesa Cofco – foi fundada há apenas cinco anos, em 2014.²³⁴ Ela já se tornou uma importante peça no cenário de *commodities* agrícolas, com receita total de mais de 31 bilhões de dólares em 2018.²³⁵ Em 2016, apenas dois anos depois de entrar no mercado brasileiro, a Cofco Internacional exportava 4,58 milhões de toneladas de soja, o que lhe dava uma participação de mercado de 6,96%.²³⁶ Em recente discurso na abertura do 18º Congresso Brasileiro do Agronegócio, o presidente da empresa anunciou que a Cofco Internacional "comprará um volume 5% maior de soja brasileira por ano nos próximos cinco anos".²³⁷



Fundada em 1851 e sediada na Holanda, a Louis Dreyfus fatura anualmente mais de 40 bilhões de dólares.²³⁸ Opera no Brasil desde 1942 e, em 2009, estabeleceu uma *joint venture* com a brasileira Amaggi²³⁹ na região de Matopiba, no Cerrado.²⁴⁰ A partir de 2016, a Louis Dreyfus foi responsável por 5,99% das exportações brasileiras de soja – o equivalente a 3,94 milhões de toneladas.²⁴¹

227. Site da Fortune, "Archer Daniels Midland"

228. Trase (2018b) p. 34

229. Site da Fortune, 'Bunge'

230. Trase (2018b) p. 34

231. Cargill (nd)

232. 59,6 bilhões de dólares, 40,3 bilhões de dólares e 13,1 bilhões de dólares, respectivamente. Fonte: Site do Banco Mundial, "GDP (em dólares atuais)".

233. Trase (2018b) p. 34

234. Site da Cofco International, 'Our story'

235. Site da Cofco International, 'Who we are'

236. Trase (2018b) p. 34

237. *Estadão* (2019)

238. Site da Fortune, "Louis Dreyfus"

239. Originalmente conhecida como Amaggi & LD Commodities, após a compra da participação da cooperativa japonesa Zen-Noh pela *joint venture* em 2017, tornou-se Amaggi Louis Dreyfus Zen-Noh Grãos S.A. Veja Reuters (2017), Louis Dreyfus (2018) p82 e Bloomberg (2019)

240. Trase (2018b) p. 34

241. Trase (2018b) p. 34

REFERÊNCIAS

- Publicação da Abiove (2007) "Understanding the soy moratorium: Responsible production", http://www.abiove.com.br/english/sustent/ms_cprodutor_24jul07_us.pdf. Acessado no dia 28 de maio de 2019
- Publicação da Abiove & Agrosatélite (2018) "Soy moratorium: Monitoring soy crops in the Amazon biome using satellite images", http://www.abiove.org.br/site/_FILES/English/30012019-170116-ingles.pdf
- AboutBrasil website "Top 10 largest cities in Brazil" https://www.aboutbrasil.com/modules/brazil-brasil/top_10_brazil.php?hoofd=11&sub=53&art=1445. Acessado no dia 20 de setembro de 2019
- Publicação de Adario P. (2016) "10 years ago, the Amazon was being bulldozed for soy. Then everything changed", 16 de maio de 2016, Greenpeace UK, <https://www.greenpeace.org.uk/10-years-ago-amazon-was-being-bulldozed-soy-then-everything-changed-20160516/>
- ADM & WBCSD (2019) "Soft Commodities Forum progress report, junho de 2019: Building transparent and traceable soy supply chains in Brazil's Cerrado region", <https://assets.adm.com/Sustainability/ADM-Soy-Sustainability-Journey.pdf>
- AFP & Climate Home News (2019) "Trade deal binds Brazil to Paris Agreement, says top EU official", 16 de julho de 2019, <https://www.climatechangenews.com/2019/07/16/mercotur-trade-deal-binds-brazil-paris-agreement-says-top-eu-official/>
- Agronegócio Estrondo website "Ações sociais", <http://www.agronegocioestrondo.com.br/acoessociais.html>. Acessado no dia 20 de setembro de 2019
- Site da Agronegócio Estrondo 'Administração', <http://www.agronegocioestrondo.com.br/administracao.html>. Acessado no dia 4 de junho de 2019
- Site do Agronegócio Estrondo "Geografia", <http://www.agronegocioestrondo.com.br/geografia.html>. Acessado no dia 20 de maio de 2019
- Alencar A. et al (2019) "Amazon burning: Locating the fires" September 2019 technical memo from the Amazon Environmental Research Institute (Ipam), https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2019/09/AmazonBurning_LocatingTheFires.pdf
- Alencastro C. (2019) "Ministro do Meio Ambiente quer liberar ferrovia em áreas protegidas", 8 de janeiro de 2019, *O Globo* <https://oglobo.globo.com/sociedade/ministro-do-meio-ambiente-quer-liberar-ferrovia-em-areas-protetidas-23355861>
- Alvarenga M. F. (2017) "Ação de manutenção de posse", 3 de maio de 2017, processo no. 0501082-35.2017.8.05.0022
- Amaggi (2013) "Message from the CEO", <https://relatoweb.com.br/amaggi/2013/en/message-from-the-ceo.html>
- Site da Amaggi "Business areas", <https://amaggi.com.br/relatorio2017/areasdenegocio-en/>. Acessado no dia 20 de setembro de 2019
- Site do Fundo Amazônia "Home", <http://www.amazonfund.gov.br/en/home/>. Acessado no dia 15 de agosto 2019
- Site Amsterdam Declarations Partnership "About", <https://ad-partnership.org/about/>. Acessado no dia 15 de agosto de 2019
- Amsterdam Declarations Partnership website "Home", <https://ad-partnership.org>. Acessado no dia 15 de agosto de 2019
- Aprosoja (2019) "Presidente da Aprosoja-MT fala sobre moratória da soja com Bolsonaro", 29 de agosto de 2019, <http://www.aprosoja.com.br/comunicacao/release/presidente-da-aprosoja-mt-fala-sobre-moratoria-da-soja-com-bolsonaro>
- Assessoria de Comunicação (2019) "Desmatamento no Cerrado mato-grossense é 95% ilegal", 2 de agosto de 2019, Instituto Centro de Vida <https://www.icv.org.br/2019/08/02/desmatamento-no-cerrado-mato-grossense-e-95-ilegal/>
- Associação de Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais (2019) "Em novo ataque, segurancas da fazenda Estrondo "prendem" gerozeiro de Formosa do Rio Preto (BA)", 26 de maio de 2019, https://www.facebook.com/notes/associacao-de-advogados-de-trabalhadores-rurais-aatrba/1020263041509182/?__tn__=H-R
- Batista J. P. S. (2019) "Ação discriminatória", 5 de fevereiro de 2019, documento no. 1902050916203200000018743133, processo no. 8000499-51.2018.8.05.0081
- BBC News (2019) "Brazil's indigenous women protest against Bolsonaro policies", 13 de agosto de 2019, <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-49329680>
- Bloomberg (2019) "Company overview of Amaggi Louis Dreyfus Zeno Grãos S.A.", <https://www.bloomberg.com/research/stocks/private/snapshot.asp?privcapId=331898387>
- Branford S., Borges T. & Torres M. (2018) "Bolsonaro shapes administration: Amazon, indigenous and landless at risk", 18 de dezembro de 2018, Mongabay, <https://news.mongabay.com/2018/12/bolsonaro-shapes-administration-amazon-indigenous-and-landless-at-risk/>
- Bunge & WBCSD (2019) "Soft Commodities Forum progress report, June 2019: Building transparent and traceable soy supply chains in Brazil's Cerrado region", <https://www.bunge.com/sustainability/SCF2019June.pdf>
- Cargill (2016) "Cargill and McDonald's France partner with French poultry farmers", 21 de março de 2016, <https://www.cargill.com/story/cargill-and-mcdonalds-france-partner-with-french-poultry-farmers>
- Site da Cargill "Nourishing our world", <https://www.cargill.com/sustainability/nourishing-our-world>. Acessado no dia 20 de setembro de 2019
- Cargill & WBCSD (2019) "Soft Commodities Forum progress report, June 2019: Building transparent and traceable soy supply chains in Brazil's Cerrado region", <https://www.cargill.com/doc/1432142030134/soft-commodities-forum-progress-report.pdf>
- Relatório, Carneiro Filho A. & Costa K. (2016) "The expansion of soybean production in the Cerrado", https://www.inputbrasil.org/wp-content/uploads/2016/11/The-expansion-of-soybean-production-in-the-Cerrado_Agroicone_INPUT.pdf
- Carrington D. (2019) "\$1m a minute: The farming subsidies destroying the world – Report" 16 de setembro de 2019, *The Guardian*, <https://www.theguardian.com/environment/2019/sep/16/1m-a-minute-the-farming-subsidies-destroying-the-world>
- CBN Brasil (2018), "Futuro ministro do Meio Ambiente diz que não tem dados para avaliar o desmatamento", 10 de dezembro de 2018, <https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/232391/futuro-ministro-do-meio-ambiente-diz-que-nao-tem-d.htm>
- Ceres (2019) "Investor statement on deforestation and forest fires in the Amazon", 18 de setembro de 2019, <https://www.ceres.org/sites/default/files/Investor%20statement%20on%20deforestation%20and%20forest%20fires%20in%20the%20Amazon.pdf>
- Pesquisa, Chain Reaction Research (2018a) "ADM: Matopiba sourcing could link company to deforestation", 21 de setembro de 2018, <https://chainreactionresearch.com/report/adm-matopiba-sourcing-could-link-company-to-deforestation>
- Pesquisa, Chain Reaction Research (2018b) "The chain: Bunge, Cargill, others fined for Brazilian deforestation in Cerrado; Investors push Bunge to ban deforestation-linked suppliers", 24 de maio de 2018, <https://chainreactionresearch.com/the-chain-bunge-cargill-others-fined-for-brazilian-deforestation-in-cerrado-investors-push-bunge-to-ban-deforestation-linked-suppliers/>
- Pesquisa, Chain Reaction Research (2019) "Brazilian state of Tocantins: A hotspot for Cerrado deforestation", 1 de abril de 2019, <https://chainreactionresearch.com/report/brazilian-state-of-tocantins-a-hotspot-for-cerrado-deforestation/>
- Site da CIA, "The World Factbook" <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>. Acessado no dia 20 de setembro de 2019
- Cofco International website "Our story", <https://www.cofcointernational.com/who-we-are/our-story/> acessado no dia 20 de setembro de 2019
- Cofco International website "Who we are", <https://www.cofcointernational.com/who-we-are/>. Acessado no dia 20 de setembro de 2019
- Comex Stat, Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), <http://comexstat.mdic.gov.br> acessado no dia 19 de agosto de 2019
- Comissão Pastoral da Terra (2005) "Tabela 8 - trabalho escravo", <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/12-trabalho-escravo/81-trabalho-escravo-2005?Itemid=0>
- Comissão Pastoral da Terra (2019) "Pistoleiros da Fazenda Estrondo abrem fogo contra Geraizeiros em Formosa do Rio Preto (BA)", <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/4616-pistoleiros-da-fazenda-estrondo-abrem-fogo-contra-geraizeiros-em>

- formosa-do-rio-preto-ba
Conab database <https://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultaArmazem.do?method=acaoCarregarConsulta>. Acessado no dia 20 de setembro de 2019
- Consumer Goods Forum (2010) "Consumer goods industry announces initiatives on climate protection", 29 de novembro de 2010, https://www.theconsumergoodsforum.com/press_releases/consumer-goods-industry-announces-initiatives-on-climate-protection/
- Consumer Goods Forum (2019) "Statement in response to Greenpeace report", 11 de junho de 2019, <http://media.theconsumergoodsforum.com/statement-in-response-to-greenpeace-report/>
- Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos (2017) "Ecosystem profile: Cerrado biodiversity hotspot", revisado em fevereiro de 2017, <https://www.cepf.net/sites/default/files/cerrado-ecosystem-profile-en-revised-2017.pdf>
- Darby M. (2018) de Oliveira S. (2018) "Em 83, BC interveio no Grupo Delfin após onda de saques e acusação de fraude", 19 de janeiro de 2018, *O Globo*, <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/em-83-bc-intervio-no-grupo-delfin-apos-onda-de-saques-acusacao-de-fraude-22301040>
- Dias B. F. S. (1982) "Alternativas para o desenvolvimento dos cerrados: Manejo e conservação dos recursos naturais renováveis", Brasília, Funatura/Ibama
- Dias T. & Lotfi R. (2019) "O ministro do arremedo: Como Ricardo Salles adulterou um mapa ambiental para beneficiar mineradoras", 4 de fevereiro de 2019, *The Intercept Brasil* <https://theintercept.com/2019/02/03/ricardo-salles-mineradoras/>
- Estadão (2019) "Melhorar a comunicação é o grande desafio do agro brasileiro", 6 de agosto de 2019, <http://especiais.estadao.com.br/canal-agro/agrocenarios/melhorar-a-comunicacao-e-o-grande-desafio-do-agro-brasileiro/>
- Comissão Europeia (2013) "The impact of EU consumption on deforestation: Comprehensive analysis of the impact of EU consumption on deforestation" study funded by the European Commission, DG ENV, and undertaken by VITO, IIASA, HIVA and IUCN NL <http://ec.europa.eu/environment/forests/pdf/1.%20Report%20analysis%20of%20impact.pdf>
- European Commission (2019a) "Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions: Stepping up EU action to protect and restore the world's forests" 23 de julho de 2019 https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/communication-eu-action-protect-restore-forests_en.pdf
- European Commission (2019b) "United States is Europe's main soya beans supplier with imports up by 112%", 7 de janeiro de 2019, https://europa.eu/rapid/press-release_IP-19-161_en.htm
- European Commission website "Mercosur", <http://ec.europa.eu/trade/policy/countries-and-regions/regions/mercosur/>. Acessado no dia 20 de setembro de 2019
- FAIRR website "About", <https://cerradostatement.fairr.org/about/>. Acessado no dia 20 de setembro de 2019
- FAIRR website "Statement of support" <https://cerradostatement.fairr.org/>. Acessado no dia 20 de setembro de 2019
- FAOSTAT [Food and Agriculture Organization of the United Nations, Statistics Division] website "Crops" <http://www.fao.org/faostat/en/#data/QC>. Acessado no dia 20 de setembro de 2019
- FAOSTAT website "Crops and livestock products" <http://www.fao.org/faostat/en/#data/TP>. Acessado no dia 20 de setembro de 2019
- Fearnside P (2017) "Deforestation of the Brazilian Amazon" *Oxford Research Encyclopedia of Environmental Science*, September 2017, <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780199389414.013.102>
- Ministério Público Federal (2016) "Operação Recomeço: MPF/RJ denuncia 16 pessoas por desvios nos fundos Postalis e Petros". Acessado no dia 4 de julho de 2016, <http://www.mpf.br/rj/sala-de-imprensa/noticias-rj/operacao-recomeco-mpf-rj-denuncia-16-pessoas-por-desvios-nos-fundos-postalis-e-petros>
- Fonseca P. (2019) "Bolsonaro says Brazil rainforest reserve may be opened to mining", 12 de abril de 2019, *Reuters* <https://uk.reuters.com/article/us-brazil-amazon-mining/bolsonaro-says-brazil-rainforest-reserve-may-be-opened-to-mining-idUKKCN1RO29H>
- Observatório do Código Florestal (2017) "Código Florestal do Brasil: Avaliação 2012-2016", https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2017/01/relat%C3%B3rio_en_ocf_web.pdf
- Site da Fortune "Archer Daniels Midland", <http://fortune.com/fortune500/archer-daniels-midland/>. Acessado no dia 20 de setembro de 2019
- Site da Fortune "Bunge", <http://fortune.com/global500/bunge/>. Acessado no dia 20 de setembro de 2019
- Site da Fortune "Louis Dreyfus", <http://fortune.com/global500/louis-dreyfus/>. Acessado no dia 20 de setembro de 2019
- Global Witness (2017) "Defenders of the earth: Global killings of land and environmental defenders in 2016", <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/defenders-earth/>
- Global Witness (2018) "At what cost? Irresponsible business and the murder of land and environmental defenders in 2017", <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/at-what-cost/>
- Global Witness (2019) "Enemies of the state: How governments and businesses silence land and environmental defenders", <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/enemies-state/>
- Gollnowa F. et al (2018) "Property-level direct and indirect deforestation for soybean production in the Amazon region of Mato Grosso, Brazil", *Land Use Policy* 78: pp. 377–385, <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2018.07.010>
- Greenpeace (2014) "The Amazon soya moratorium: From the brink of disaster to a solution in the making", <http://www.greenpeace.org/archive-international/Global/international/code/2014/amazon/index.html>
- Greenpeace (2018) "Less is more: Reducing meat and dairy for a healthier life and planet", <https://www.greenpeace.org/international/publication/15093/less-is-more/>
- Greenpeace (2019) "Countdown to extinction: What will it take to get companies to act?", <https://www.greenpeace.org/international/publication/22247/countdown-extinction-report-deforestation-commodities-soya-palm-oil/>
- Henders S., Persson U. M. & Kastner T. (2015) "Trading forests: Land-use change and carbon emissions embodied in production and exports of forest-risk commodities", *Environmental Research Letters* 10(12): 125012
- Herre R. (2017) "Agricultural traders' second harvest", 31 de outubro de 2017, <https://www.boell.de/en/2017/10/31/agricultural-traders-second-harvest>
- Site do Ibama, "Consulta de autuações ambientais e embargos", <https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areasembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php>. Acessado no dia 24 de junho de 2019
- Site do IBGE Sidra "Produção agrícola municipal: Tabela 1612", <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612>. Acessado no dia 15 de agosto de 2019
- Iglesias S, Lima MS & Douglas B (2019) "Brasil é credor, não devedor no Acordo de Paris, diz Salles", 8 de janeiro de 2019, *Bloomberg*, <https://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2019/01/08/brasil-e-credor-nao-devedor-no-acordo-de-paris-diz-salles.htm>
- Inpe (2018) "Desmatamento no Cerrado é de 6.657 km² em 2018", 11 de dezembro de 2018, <http://www.obt.inpe.br/OBT/noticias/desmatamento-no-cerrado-e-de-6-657-km2-em-2018>
- Inpe & Embrapa (2016) "TerraClass 2004 a 2014: Dinâmica do uso e cobertura da terra no período de 10 anos nas áreas desflorestadas da Amazônia Legal Brasileira", http://www.inpe.br/cra/projetos_pesquisas/arquivos/TerraClass_2014_v3.pdf
- Site do Programa Queimadas do Inpe "Banco de dados de queimadas", <http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/bdqueimadas>. Acessado no dia 19 de setembro de 2019
- Site do Programa Queimadas do Inpe "Área queimada km² por bioma em Agosto de 2019", <http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/aq1km/> acessado no dia 19 de setembro de 2019
- Site do Input Brasil "Regions: Matopiba", <https://www.inputbrasil.org/regioes/matopiba/?lang=en>. Acessado no dia 20 de setembro de 2019
- Instituto Socioambiental (2009) "Edição especial Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA)", https://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Amazonia2009_ISA_portuguesBaixa.pdf
- Site do IPCC (2014) "Climate change 2014: Mitigation of climate change" Cambridge University Press, https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/02/ipcc_wg3_ar5_full.pdf
- IPCC (2019) "Summary for policymakers" in "Special report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems", https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2019/08/4.-SPM_Approved_Microsite_FINAL.pdf
- Karagiannopoulos L. (2019) "Norway stops Amazon fund contribution in dispute with Brazil", 15 de agosto de 2019, *Reuters*, <https://www.reuters.com/article/us-brazil-environment-norway/norway-stops-amazon-fund-contribution-in-dispute-with-brazil-idUSKCN1V52C9>
- Kastens JH et al (2017) "Soy moratorium impacts on soybean and deforestation dynamics in Mato Grosso, Brazil" *PLoS ONE* 12(4): e0176168 <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0176168>
- Relatório, Kissinger G., Herold M. & De Sy V. (2012) "Drivers of deforestation and forest degradation: A synthesis report for REDD+ policymakers", Lexeme Consulting, Vancouver, Canadá, https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/65505/6316-drivers-deforestation-report.pdf
- Kroes H. & Kuepper B. (2015) "Mapping the soy supply chain in Europe" Profundo, http://assets.wfn.nl/downloads/mapping_the_soy_supply_chain_in_europe_wfn_12_may_2015_final_1.pdf
- Lenti F. (2018) "Prodes Cerrado: Importância, resultados e desafios", 27 de setembro de 2018, *Ipam*, http://www.obt.inpe.br/cerrado/apresentacoes/IPAM_ProdesCerrado.pdf
- Louis Dreyfus Company (2019) "Annual report & audited consolidated financial statements", https://www ldc.com/files/9815/5346/7696/LDC_AR2018_S.pdf
- Maisonave F (2019) "Em "dia do fogo", sul do PA registra disparo no número de queimadas", 14 de agosto de 2019, *Folha de São Paulo*, <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/em-dia-do-fogo-sul-do-pa-registra-disparo-no-numero-de-queimadas.shtml>
- Mano A (2019) "Burger King to launch meatless "Rebel Whopper" in Brazil", 3 de setembro de 2019, *Reuters*, <https://www.reuters.com/article/us-marfrig-product-launch/burger-king-to-launch-meatless-rebel-whopper-in-brazil-idUSKCN1VO1JM>
- MapBiomas Project v3.1 "Annual land use land cover maps of Brazil" <http://mapbiomas.org/stats>. Acessado no dia 19 de setembro de 2019
- Mendes K. (2019) "Brazil's Congress reverses Bolsonaro, restores Funai's land demarcation powers", 5 de junho de 2019, *Mongabay*, <https://>

news.mongabay.com/2019/06/brazils-congress-reverses-bolsonaro-restores-funais-land-demarcation-powers/

Notícia, Milhorance F. (2018) "Cerrado: Traditional communities win back land from agribusiness firm", 5 de julho de 2018, <https://news.mongabay.com/2018/07/cerrado-traditional-communities-win-back-land-from-agribusiness-firm/>

Vídeo-notícia, Milhorance F. (2019) "Vídeo: Cerrado farmer shot amid escalating conflict with agribusiness", 21 de fevereiro de 2019, Mongabay, <https://news.mongabay.com/2019/02/video-cerrado-farmer-shot-amid-escalating-conflict-with-agribusiness/>

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil (2019) "Projeções do Agronegócio, Brasil 2018/19 a 2028/29", <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/projecoes-do-agronegocio/projecoes-do-agronegocio-2018-2019-2028-2029>

Ministério da Reforma Agrária do Brasil (1999) "Livro branco da grilagem de terras", http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/livros_revistas_e_cartilhas/Livro%20Branco%20da%20Grilagem%20de%20Terras.pdf

Moraes F. T. (2019) "Ministério do Meio Ambiente perde serviço florestal para a Agricultura", 2 de janeiro de 2019, *Folha de S.Paulo*, <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/01/ministerio-do-meio-ambiente-perde-servico-florestal-para-a-agricultura.shtml>

Neslan A. (2017) "Burger King animal feed sourced from deforested lands in Brazil and Bolivia", 21 de agosto de 2017, *The Guardian*, <https://www.theguardian.com/environment/2017/mar/01/burger-king-animal-feed-sourced-from-deforested-lands-in-brazil-and-bolivia>

Notícia, Neto J. (2019a) "Empresa de segurança da fazenda Estrondo 'prende' presidente de associação comunitária dos gerapeiros de Formosa do Rio Preto (BA)", 11 de abril de 2019, *Jornal GGN*, <https://jornalgggn.com.br/blog/josias-pires/empresa-de-seguranca-da-fazenda-estrondo-prende-presidente-de-associacao-comunitaria-dos-gerapeiros-de-formosa-do-rio-preto-ba/>

Notícia, Neto J. (2019b) "Juíza de Formosa do Rio Preto (BA) manda soltar líder de associação de gerapeiros", 13 de abril de 2019, *Jornal GGN*, https://jornalgggn.com.br/blog/josias-pires/juiza-de-formosa-de-rio-preto-ba-manda-soltar-lider-de-associacao-de-gerapeiros/?fbclid=IwAR10O9o2AIW_8pZzV7fwsav4H-gSlggWdpBE6Ft9DwS5TCA4nTZ30weno

Neto J. C. L. (2018) "Agravamento de instrumento", 13 de novembro 2018, documento no. 19021309463547200000002713017, processo no. 8005930-18.2018.8.05.0000

Neto M. R. C. (2018) "Ação discriminatória", 3 de outubro 2018, documento no. 1810091149223960000015196025, processo no. 8000499-51-2018.8.05.0081

NYDF Assessment Partners (2019) "Protecting and restoring forests: A story of large commitments yet limited progress", New York Declaration on Forests five-year assessment report, Climate Focus (coordinator and editor), <https://www.climatefocus.com/sites/default/files/2019NYDFReport.pdf>

O Globo (2019) "Ministério Público de SP investiga evolução patrimonial do ministro do Meio Ambiente", 17 de agosto de 2019, <https://oglobo.globo.com/sociedade/ministerio-publico-de-sp-investiga-evolucao-patrimonial-do-ministro-do-meio-ambiente-23885142>

Observatório do Clima (2018) "Ruralista e réu por improbidade, Ricardo Salles comandará a subpasta do Meio Ambiente", 10 de dezembro de 2018, <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/585352-ruralista-e-reu-por-improbidade-ricardo-salles-comandara-a-subpasta-do-meio-ambiente-nota-do-observatorio-do-clima>

Panjiva database, <https://panjiva.com/data/brazil-trade-data>. Acessado no dia 20 de setembro de 2019

Phillips D. (2018) "Climate change a 'secondary' issue, says Brazil's environment minister", 10 de dezembro de 2018, *The Guardian*, <https://www.theguardian.com/world/2018/dec/10/environmental-fines-are-ideological-says-brazil-minister-ricardo-salles>

Phillips D. (2019a) "Amazon gold miners invade indigenous village in Brazil after its leader is killed", 28 de julho de 2019, *The Guardian*, <https://www.theguardian.com/world/2019/jul/28/amazon-gold-miners-invade-indigenous-village-brazil-leader-killed>

Phillips D. (2019b) "Bolsonaro pick for Funai agency horrifies indigenous leaders" 21 de julho de 2019 *The Guardian* <https://www.theguardian.com/world/2019/jul/21/bolsonaro-funai-indigenous-agency-xavier-da-silva>

Phillips D. (2019c) "Brazil space institute director sacked in Amazon deforestation row" 2 de agosto de 2019, *The Guardian*, <https://www.theguardian.com/world/2019/aug/02/brazil-space-institute-director-sacked-in-amazon-deforestation-row>

Piran A. (2019) "Dia do Fogo - Produtores planejam data para queimada na região", 5 de agosto de 2019, *Folha do Progresso*, <http://www.folhadoprogresso.com.br/dia-do-fogo-produtores-planejam-data-para-queimada-na-regiao/>

Poder360 (2019) "Ao vivo: Bolsonaro reúne-se com governadores da Amazônia Legal", 27 de agosto de 2019, <https://www.youtube.com/watch?v=F7NxxwZ-194>

Prager A. (2019) "Saving the Cerrado: Six commodities traders to disclose supply chain data", 7 de março de 2019, *Mongabay*, <https://news.mongabay.com/2019/03/saving-the-cerrado-six-commodities-traders-to-disclose-supply-chain-data/>

Prazeres L. (2019) "Aquecimento global não é minha praia", diz novo

diretor do Inpe", 6 de agosto de 2019, *O Globo*, <https://oglobo.globo.com/sociedade/aquecimento-global-nao-minha-praia-diz-novo-diretor-do-inpe-23858214>

Site da Receita Federal, "Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA", https://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/Cnpjreva_qsa.asp. Acessado no dia 19 de setembro de 2019

Site da Receita Federal 'Emissão de comprovante de inscrição e situação cadastral', http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp. Acessado no dia 19 de setembro de 2019

Notícia, Reimberg M. (2009) "Fazenda Estrondo coleciona crimes ambientalistas", 26 de novembro de 2009, site *Repórter Brasil*, <https://reporterbrasil.org.br/2009/11/fazenda-estrondo-coleciona-crimes-trabalhistas-e-ambientais/>

Repórter Brasil (2017) "Estrondo: A imposição da força do agronegócio na Bahia", 16 de dezembro de 2017, <https://reporterbrasil.org.br/estrondo/>

Reuters (2009) "Brazil's Amaggi buys Norwegian non-GMO grain firm", 13 de julho de 2009, <https://www.reuters.com/article/soy-brazil-amaggi/brazils-amaggi-buys-norwegian-non-gmo-grain-firm-idUSN1317759420090713>

Reuters (2017) "Dreyfus, Amaggi sell stake in Brazil JV to Japan's Zen-Noh", 16 de janeiro de 2017, <https://uk.reuters.com/article/uk-louis-dryfus-com-m-a-zennoh/dreyfus-amaggi-sell-stake-in-brazil-jv-to-japans-zen-noh-idUKKBN15029X>

Schipani A. & Harris B. (2019) "Brazil minister calls for the Amazon to be monetised", 23 de agosto de 2019, *Financial Times*, <https://www.ft.com/content/f791bbc6-c2c3-11e9-a8e9-296ca66511c9>

Notícia, Schmidt S. (2017) "Endereços e sócios interligam quatro firmas e um condomínio que alugam andares para a Legislativo", 6 de agosto de 2017, *O Globo*, <https://oglobo.globo.com/rio/enderecos-socios-interligam-quatro-firmas-um-condominio-que-alugam-andares-para-legislativo-21674984>

Schreiber M. & Fellet J. (2019) "Amazônia precisa de 'soluções capitalistas', diz ministro do Meio Ambiente", 15 de agosto de 2019, *BBC News Brazil*, <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49363387>

Schuquel T. (2019) "No Senado, Salles questiona contribuição humana no aquecimento global", 27 de março de 2019, *Metrópoles*, <https://www.metropoles.com/brasil/politica-br-no-senado-salles-questiona-contribuicao-humana-no-aquecimento-global>

Relatório, Sharma S., IATP & Schlesinger S. (2017) "The rise of big meat: Brazil's extractive industry", https://www.iatp.org/sites/default/files/2017-11/2017_11_30_RiseBigMeat_f.pdf

Silva U. (2019) "Seguranças atiram e ferem ribeirinho em fazenda na Bahia. Veja vídeo", 8 de fevereiro de 2019, site *Metrópoles* <https://www.metropoles.com/brasil/seguranca-atiram-e-ferem-ribeirinho-em-fazenda-na-bahia-veja-video>

Silva de Sousa M. (2019) "Brazil's environment minister challenges Amazon Fund", 18 de maio de 2019, *AP News*, <https://www.apnews.com/e7c02daa515646a0be3abde94d55e9f6>

Simões E. (2019) "Brazil's Bolsonaro wants U.S. to join development plan for the Amazon", 8 de abril de 2019, *Reuters*, <https://www.reuters.com/article/us-brazil-environment-amazon/brazils-bolsonaro-wants-us-to-join-development-plan-for-the-amazon-idUSKCN1RK2GH>

Spring J. (2018) "Brazil fines five grain trading firms, farmers connected to deforestation", 23 de maio de 2018, *Reuters*, <https://uk.reuters.com/article/us-brazil-deforestation-bunge-carg/brazil-fines-five-grain-trading-firms-farmers-connected-to-deforestation-idUKCN1I01NV>

Spring J. (2019) "Brazil deforestation exceeds 88% in June under Bolsonaro", 3 de julho de 2019, *Reuters*, <https://www.reuters.com/article/us-brazil-environment/brazil-deforestation-exceeds-88-in-june-under-bolsonaro-idUSKCN1Y1VU>

Spring J. & Eisenhammer S. (2019) "Exclusive: As fires race through Amazon, Brazil's Bolsonaro weakens environment agency", 28 de agosto de 2019, *Reuters*, <https://www.reuters.com/article/us-brazil-environment-ibama-exclusive/exclusive-as-fires-race-through-amazon-brazils-bolsonaro-weakens-environment-agency-idUSKCN1V1I4I>

Stauffer C. (2019) "Cargill says food industry will miss zero deforestation goal", 13 de junho de 2019, *Reuters*, <https://uk.reuters.com/article/us-cargill-environment/cargill-says-food-industry-will-miss-zero-deforestation-goal-idUKKCN1TE345>

Artigo, Strassburg B., Brooks T. & Feltran-Barbieri R. (2017). "Moment of truth for the Cerrado hotspot", *Nature Ecology & Evolution* 1: 1-3, https://www.researchgate.net/publication/315549179_Moment_of_truth_for_the_Cerrado_hotspot

Teixeira M. & Bonato G. (2017) "Dreyfus, Amaggi sell stake in Brazil JV to Japan's Zen-Noh", 16 de janeiro de 2017, *Reuters*, <https://uk.reuters.com/article/uk-louis-dryfus-com-m-a-zennoh/dreyfus-amaggi-sell-stake-in-brazil-jv-to-japans-zen-noh-idUKKBN15029X>

TerraBrasilis alerts dashboard "Analyses - Cerrado", <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/alerts/biomas/cerrado/daily/#>. Acessado no dia 20 de setembro de 2019

TerraBrasilis PRODES (deforestation) dashboard "Analyses - Legal Amazon", http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomas/legal_amazon/increments. Acessado no dia 20 de setembro de 2019

TerraBrasilis Prodes (deforestation) dashboard "Analyses - Cerrado", <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomas/>

cerrado/increments. Acessado no dia 20 de setembro de 2019

Thunberg G. (2019) "If world leaders choose to fail us, my generation will never forgive them", 24 de setembro de 2019, <https://www.theguardian.com/commentisfree/2019/sep/23/world-leaders-generation-climate-breakdown-greta-thunberg>

Notícia, Trase (2018a) "New data on Trase shows soy trade from Brazil's Cerrado driving climate emissions", 13 de dezembro de 2018, <https://medium.com/trase/new-data-on-trase-shows-soy-trade-from-brazils-cerrado-driving-climate-emissions-10cc949a04c4>

Trase (2018b) "Trase yearbook 2018, Sustainability in forest-risk supply chains: Spotlight on Brazilian Soy", Transparency for Sustainable Economies, Stockholm Environment Institute and Global Canopy, <http://resources.trase.earth/documents/TraseYearbook2018.pdf>

Trase (2018c) "Who is buying soy from Matopiba?", <http://resources.trase.earth/documents/infobriefs/Infobrief2.pdf>

Trase platform "Bulk downloads, Brazil – Soy (All Years)", <https://trase.earth/data>

Site da Trase "Profiles: Formosa do Rio Preto", <https://trase.earth/profile-place?contextId=1&nodeId=4484&year=2018>. Acessado no dia 20 de setembro de 2019

Site da Trase "Profiles: Bunge", <https://trase.earth/profile-actor?nodeId=23958&contextId=1&year=2017>. Acessado no dia 20 de setembro de 2019

Trase & Forest 500 (2019) "Eliminating deforestation from supply chains by 2020: A review of the Amsterdam Declaration countries", Stockholm Environment Institute and Global Canopy joint initiative, <https://www.globalcanopy.org/sites/default/files/documents/resources/AmsterdamDeclarationBriefing.pdf>

Tyukavina A et al (2017) "Supplementary materials for "Types and rates of forest disturbance in Brazilian Legal Amazon, 2000–2013", Science Advances 3(4): e1601047, <https://advances.sciencemag.org/content/suppl/2017/04/10/3.4.e1601047.DC1>

Ufop (2019) "Ufop: France bans palm oil from biofuels, Germany should follow" 24 de julho de 2019 Biodiesel Magazine, <http://www.biodieselmagazine.com/articles/2516737/ufop-france-bans-palm-oil-from-biofuels-germany-should-follow>

OUN (2011) "Princípios orientadores sobre empresas e direitos humanos: Implementando a diretriz das Nações Unidas "Proteger, Respeitar e Reparar", do Gabinete de Direitos Humanos do Alto Comissariado das Nações Unidas, https://www.ohchr.org/documents/publications/GuidingprinciplesBusinesshr_eN.pdf

Relatório, Site do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, USDA (2012) "Brazil's latest agriculture frontier in Western Bahia and Matopiba", Foreign Agricultural Service Commodity Intelligence Report", 12 de julho de 2012, https://ipad.fas.usda.gov/highlights/2012/07/Brazil_MATOPIBA/

Veja (2016) "Justiça torna réus 16 suspeitos por desvios nos fundos Petrobras e Postalís", 5 de julho de 2016, <https://veja.abril.com.br/brasil/justica-torna-reus-16-suspeitos-por-desvios-nos-fundos-petrobras-e-postalis/>

Vieira L. & Araújo V. (2014) "Polícia Federal investiga possível esquema fraudulento na Universidade Gama Filho", 18 de janeiro de 2014, O Globo, <https://oglobo.globo.com/rio/policia-federal-investiga-possivel-esquema-fraudulento-na-universidade-gama-filho-11343181>

Walendorff R. (2019) "Aprosoja Brasil pede fim da Moratória da Soja na Amazônia", 29 de agosto de 2019, <https://canalrural.uol.com.br/sites-e-especiais/projeto-soja-brasil/aprosoja-brasil-pede-fim-da-moratoria-da-soja-na-amazonia/>

Wasley A. & Heal A. (2019) "JBS: Brazilian butchers take over the world", 2 de julho de 2019 The Ecologist, <https://theecologist.org/2019/jul/02/jbs-brazilian-butchers-take-over-world>

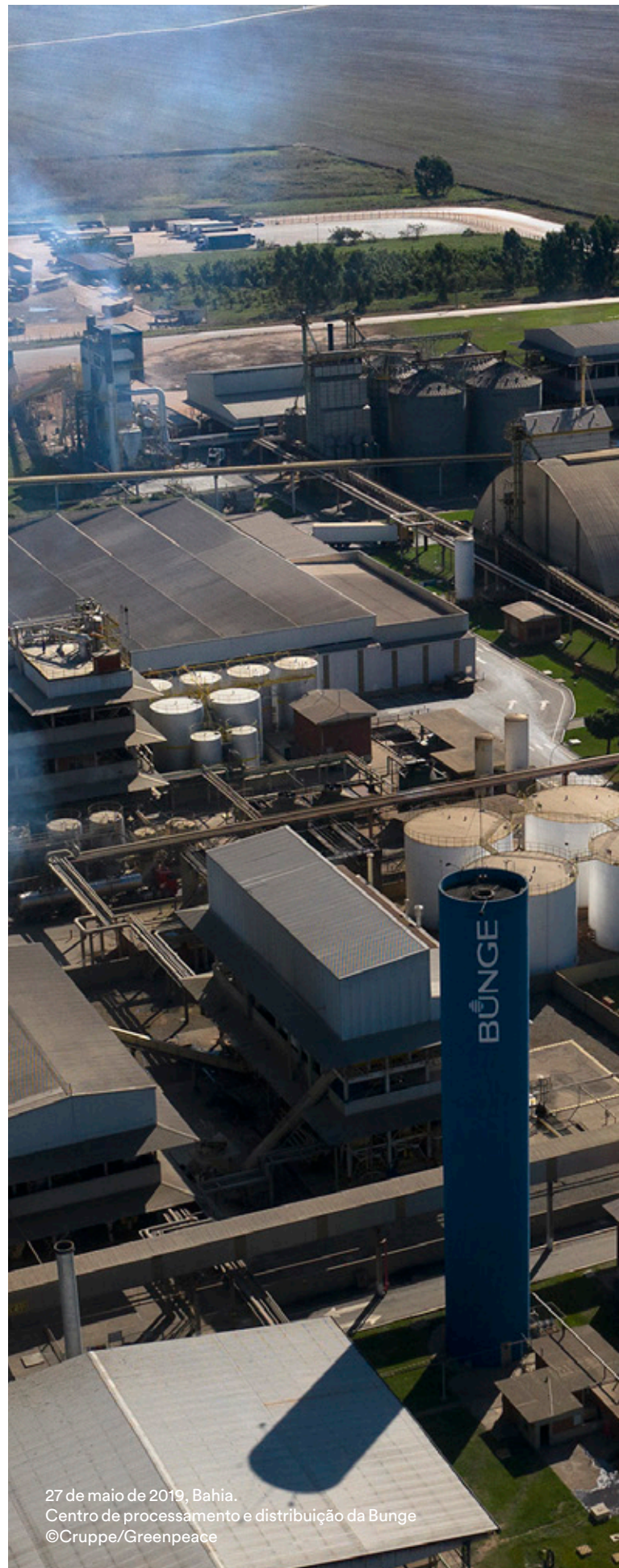
WBCSD (2019) "Soft Commodities Forum members commit to common framework supporting transparent and traceable supply chains in Brazil", 15 de fevereiro de 2019, <https://www.wbcds.org/Programs/Food-Land-Water/Food-Land-Use/Soft-Commodities-Forum/News/members-commit-to-common-framework-supporting-transparent-and-traceable-soy-supply-chains-in-Brazil>

Site do Banco Mundial "GDP (current US\$)", https://data.worldbank.org/indicator/ny.gdp.mkt.cd?most_recent_value_desc=false acessado no dia 20 de setembro de 2019

WWF (2017) "An inside view of Matopiba", <https://www.wwf.org.br/?60466/An-Inside-View-of-Matopiba#>

Yum! Site da Brands "Citizenship & sustainability", <https://www.yum.com/wps/portal/yumbrands/Yumbrands/citizenship-and-sustainability>. Acessado no dia 20 de setembro de 2019

Zhang M (2017) "US food major Cargill to invest US\$50m to double cooked poultry products capacity in China, 28 de dezembro de 2017, <https://www.scmp.com/business/companies/article/2126009/us-food-major-cargill-invest-us50m-double-cooked-poultry-products>



27 de maio de 2019, Bahia.
Centro de processamento e distribuição da Bunge
©Crupe/Greenpeace



24 de agosto de 2019, Porto Velho, Rondônia.
©Moriyama/Greenpeace





Já passamos por isso muitas vezes, mas pelo menos agora vocês estão aqui para contar nossa história.



Jossone Lopes Leite, membro de comunidade de geraizeiros

TRADUÇÃO: HARKIN TRANSLATIONS
(Melissa Harkin, Todd Harkin e André Ribeiro)

GREENPEACE